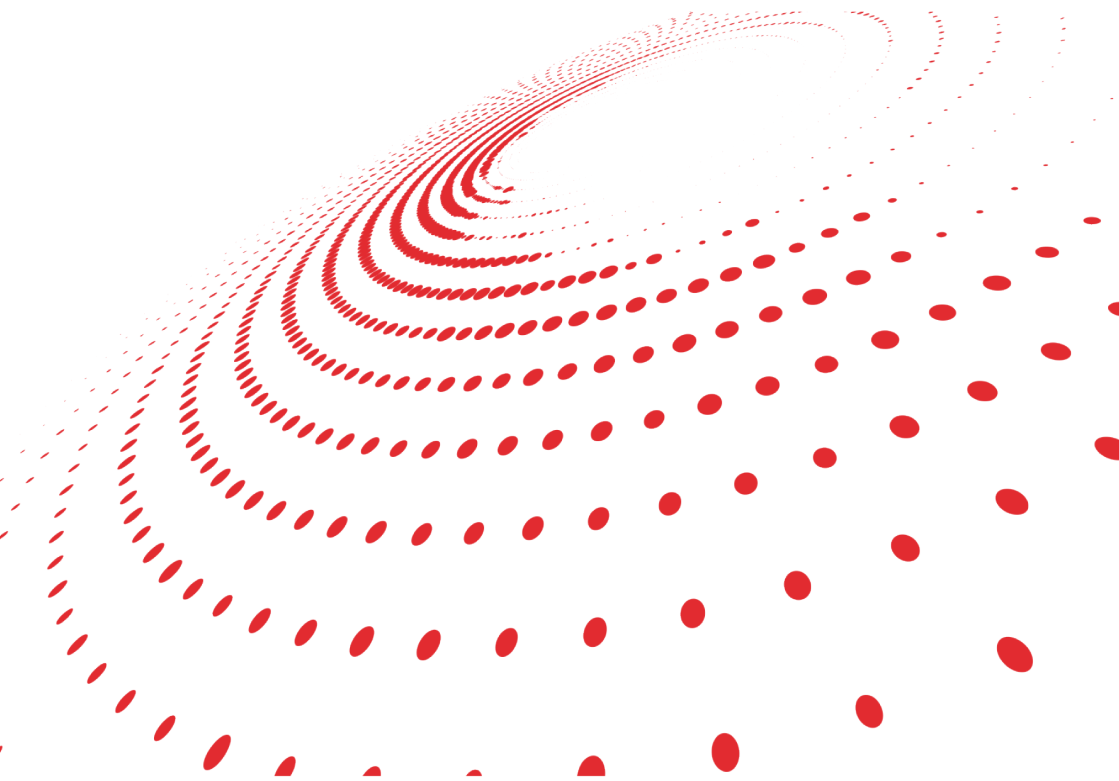


REVISTA PARLAMENTO DE ITAPEVI

DEMOCRACIA E CIDADANIA



CÂMARA
MUNICIPAL DE
ITAPEVI



15ª Legislatura
Mesa Diretora
Biênio 2023/2024

Thiago da Silva Santos
Presidente

Cícero Aparecido de Souza
Vice-Presidente

Rogério Moreira dos Santos
Primeiro Secretário

José Aparecido Ramos
Segundo Secretário

Erondina Ferreira Godoy
Terceira Secretária

Vereadores 2021/2024

Akdenis Mohamad Kourani, Anderson Cavanha, Aroldo Gueiros da Silva, Bruno Silva Gabriel, Camila Godói da Silva Rodrigues, Cicero Aparecido de Souza, Denis Lucas (In Memoriam), Donizetti Dias Carvalho, Eduardo Sanches Casagrande, Erondina Ferreira Godoy, Jose Aparecido Ramos, Lucas Gabriel Correia Silva Martins, Luiz Ricardo dos Santos, Mauricio Alonso Murakami (Licenciado), Marcelo Aparecido Antônio, Mariza Martins Borges, Rafael Alan De Moraes Romeiro (Licenciado), Rogério Moreira dos Santos, Thiago da Silva Santos, Wellington José dos Santos



REVISTA PARLAMENTO DE ITAPEVI DEMOCRACIA E CIDADANIA

Número 3 - 2023 - Periodicidade: anual

Editor Responsável

Marcelo Simões Damasceno

Editor Presidente

Roberto Eduardo Lamari

Editor Científico

Jadson Nunes Santos

Editor Executivo

Welliton José da Silva

Conselho Editorial

Marcos Jorge Bataglia

Rafael Augusto Sasaki Neves

Comitê Científico

Aline Martins, Bruno Souza, Edna Pereira, Elisabete Campos,
Joyce Hellen Luz, Joyce Miranda Leão Martins, Marelá Barbosa,
Patricia Garcia Costa, Paulo Silvino Ribeiro, Renato Elizeu,
Tathiana Chiacarino

Revisão

Patricia Garcia Costa

Projeto gráfico

Rennan Andrade

FICHA CATALOGRÁFICA

ISSN 2675-8415

ISSN 2763-7611 (online)

Revista Parlamento de Itapevi Democracia e Cidadania (2023), nº 3
Itapevi (SP): Câmara Municipal de São Paulo, maio 2023.

As opiniões externas nesta publicação são exclusiva responsabilidade de
seus autores.

Todos os direitos desta edição reservados à
Escola do Parlamento “Doutor Osmar de Souza”

Câmara Municipal de Itapevi

Rua Arnaldo Sergio Cordeiro das Neves, 80 - Vila Nova Itapevi, Itapevi

São Paulo – CEP 06694-090

Tel.: 0055 – 11 – 4141-4472 ramal 222 – 273

escoladoparlameto@itapevi.sp.leg.br

www.itapevi.sp.leg.br

www.camaraitapevi.sp.gov.br/escola/revista-parlamento-de-itapevi/

Sumário

Conselho Editorial	7
Entrevista	9
Educação e desenvolvimento regional: índices e o desenvolvimento	13
Roberto Eduardo Lamari e Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira	
O Trabalho informal realizado pelas mulheres de baixa renda e seus impactos	39
Sandra Regina dos Santos Silva e Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira	
O Impacto do Programa Escola 5.0 no desenvolvimento regional da cidade de Itapevi-SP	55
Welliton José da Silva e Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira	
Comunicação pública nas redes sociais: o caso do perfil do TRE-PR no TikTok	75
Rebeca Moreira Barbosa	
Aspectos do desenvolvimento regional dos municípios: o caso do polo industrial de Itapevi	93
Renato Souza Santos Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira	
Conexão parlamento: programa de qualificação para câmaras municipais de vereadores	113
João Maria de Lima e Jassio Pereira de Medeiros	

Conselho Editorial

A Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza apresenta o terceiro número da Revista Parlamento de Itapevi Democracia e Cidadania, publicada anualmente, com objetivo de ampliar o debate interdisciplinar sobre aspectos da democracia, do Poder Legislativo e da municipalidade.

Este número, reafirma um dos propósitos da Escola do Parlamento, fomentar periodicamente o debate democrático em suas atividades acadêmicas. Um debate, por meio das páginas da revista, que possibilita pesquisadores expressarem suas opiniões, ideias e preocupações de maneira aberta e respeitosa, promovendo uma troca de informações e perspectivas sobre a democracia.

Assim, neste número, trazemos artigos de alunos da primeira turma do programa de mestrado da Escola do Parlamento, desenvolvido em parceria com a Universidade de Taubaté, e contribuições de pesquisadores de outras instituições. Todos com foco em problemáticas cotidianas dos municípios, eleições, gênero e capacitação legislativa.

Dessa forma, damos mais um passo para ampliar as reflexões sobre realidades locais e regionais, a partir de temáticas de interesse do Poder Legislativo, além de promover mais uma conexão entre a academia e a sociedade.

Aproveitamos a edição para agradecer aos pareceristas, pois sem o olhar atento de vocês as nossas páginas não teriam essas ricas discussões, bem como a cada autor que submeteu as suas pesquisas e aos servidores da Escola do Parlamento Dr. Osmar de Souza por mais uma edição e a Mesa Diretora por nos confiar esta missão.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Conselho Editorial



Pedro Jorge Simon Gomm

Entrevista

Pedro Jorge Simon Gomm é um advogado, professor e político brasileiro filiado ao Movimento Democrático Brasileiro. Em sua trajetória política, no estado do Rio Grande do Sul, foi vereador (1960/1962), deputado estadual por quatro mandatos (1963/1979), governador (1987/1990) e senador em quatro ocasiões (1975/1979 e 1991/2015). Simon também foi ministro da Agricultura durante o governo do ex-presidente José Sarney.

No dia 02 de agosto, de 2023, ele recebeu a equipe da Escola do Parlamento para uma entrevista, onde falou sobre a sua trajetória política no combate à corrupção, a defesa dos direitos sociais, entre outros assuntos que você confere nesta edição.

Ao longo de sua carreira política, o senhor se destacou como uma voz crítica à corrupção. Quais foram os principais desafios enfrentados nessa luta e como avalia o cenário atual no combate à corrupção no Brasil?

SIMON: Como senador, participei ativamente dos processos que levaram à instauração da CPMI dos Correios e à apuração das denúncias de recebimento de vantagens ilícitas e compra de votos que resultaram no escândalo do Mensalão. Foi também por meio do Senado Federal que ajudei a trazer ao Brasil os procuradores italianos que atuaram na Operação Mãos Limpas, já em 1997, qualificando uma geração de jovens procuradores brasileiros engajados no combate contra a corrupção. Todas essas iniciativas pavimentaram o caminho para que a Operação Lava Jato nascesse e prosperasse como um dos maiores esforços anticorrupção do mundo. Independentemente de eventuais equívocos processuais, os seus resultados são claros: a Lava Jato resultou em quase 300 condenações, com penas somadas em aproximadamente 3.000 anos em diversas instâncias, e em um total de recuperação de valores estimado em quase R\$ 15 bilhões. O mesmo Senado Federal, contudo, hoje assiste

omisso às reviravoltas da nossa Suprema Corte que colocam em cheque um esforço de décadas de responsabilização da política brasileira pelo envolvimento endêmico em esquemas de corrupção.

O senhor foi um defensor dos direitos dos trabalhadores rurais e da reforma agrária. Como enxerga a situação agrária no país atualmente e quais seriam as medidas necessárias para promover uma distribuição mais justa da terra?

SIMON: Como ministro da Agricultura indicado pelo presidente-eleito Tancredo Neves, lidamos com grandes transformações no setor agropecuário em decorrência da expansão da fronteira agrícola brasileira. Produtores do Sul começaram a expansão em direção aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, criando o chamado Matopiba. Pleiteamos, assim, maior autonomia para o ministério e a adoção de um programa de reforma agrária, no qual a distribuição de terras seria a solução para o problema das grandes cidades. Mas um dos fatores que mais me preocupa hoje, quando relembro minha passagem pelo ministério, diz respeito aos padrões de cultivo dos produtos agrícolas no Brasil. A posição que defendo é a de que ainda temos uma política de agrotóxicos excessivamente permissiva. Consumimos internamente produtos cujos padrões de cultivo e colheita são vedados nos principais países do mundo desenvolvido, pelos males causados à saúde das populações permanentemente expostas a eles.

A ética e a transparência na política são temas constantemente debatidos. Na sua opinião, quais são os principais obstáculos para a construção de uma política mais ética e como podemos superá-los?

SIMON: Ulysses Guimarães costumava dizer que “a corrupção é o cupim da nação”, pois corrói internamente as nossas instituições, eventualmente desmoronando as suas estruturas. Escrevi em um livro para o Senado Federal, há muito tempo atrás, que a ética é uma das principais diferenças entre o país que temos e o país que queremos. Infelizmente,

isso me parece válido até os dias de hoje. Foram diversos discursos e publicações sobre esse tema. E a base disso tudo, concluí, é a educação, especialmente a fundamental. Esse é um dos principais obstáculos que o Brasil enfrenta até hoje.

Como avalia o atual sistema político brasileiro? Acredita que reformas são necessárias para fortalecer a representatividade e a participação popular?

SIMON: O Brasil tem conduzido reformas importantes ao longo dos últimos anos. A Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista são exemplos. A Reforma Tributária, que está sendo discutida hoje, é complexa. Mas uma coisa é certa: do jeito que está, não é possível continuar. Precisamos de um novo sistema tributário, mas este precisa ser contruído de forma que todos os entes da federação se sintam contemplados. Mas talvez a reforma mais importante é aquela menos discutida: a política. Um sistema que contempla mais de 40 partidos não me parece funcional. Desde a Constituinte, defendo a discussão de um modelo parlamentarista para o Brasil. Quando olhamos para a nossa história política desde a democratização, marcada pelo presidencialismo de coalização, pela corrupção e por sucessivos processos de impeachment, penso que esse debate ainda é relevante para o Brasil.

Ao longo de sua carreira, o senhor se destacou pela sua integridade e firmeza de princípios. Quais conselhos daria aos jovens políticos que estão ingressando na vida pública hoje?

SIMON: Não desistam da política. Porém tomem cuidado com respostas fáceis e discursos simplistas. Em uma conjuntura altamente polarizada, estamos carentes de uma política moderada, ética e profissional, como aquela tradicionalmente representada pelo MDB. Não se trata de “velha” ou “nova” política, mas de boa política – que preza pela liberdade, pela justiça social, pelos costumes e pela democracia.

Por fim, gostaria de saber qual é a mensagem que o senhor gostaria de deixar para o povo brasileiro, especialmente para aqueles que têm esperança de construir um país mais justo e democrático.

SIMON: Eu ainda sou movido pela esperança. Acredito que o Brasil, como nação rica que é em tantos aspectos, tem um encontro marcado no seu destino. Nós, que representamos uma classe política moldada por uma realidade completamente diferente da de hoje, precisamos dar passagem para essa nova geração, que clama por mudanças, sejam elas de cunho político, econômico, tecnológico ou ambiental. E eu não tenho dúvidas que, de onde quer que eu esteja, ainda verei um novo Brasil, de gente digna e correta, um Brasil que cresce e que prospera.

Educação e desenvolvimento regional: índices e o desenvolvimento

Roberto Eduardo Lamari¹

Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira²

Resumo: O presente artigo tem o objetivo geral de analisar a relação entre a educação e desenvolvimento regional por meio dos seguintes indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e comparar com os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). A proposta tem o intuito de articular os dados levantados por meio dos indicadores e observar se há ou não um descompasso entre a produção de riquezas totais brasileiras e as desigualdades sociais com a educação de qualidade. Para tanto, a metodologia utilizada foi uma abordagem qualitativa descritiva alicerçada em uma revisão da literatura e documental. Os dados foram tratados por meio de uma análise de conteúdo. Com base nos dados, observou-se que há um descompasso das políticas públicas de educação, a partir da falta de planejamento e ausência de uma educação voltada à tecnologia e ao mercado, o que acarreta baixa eficiência nos ganhos econômicos gerados pelos processos educativos.

Palavras-chave: Educação; Desenvolvimento Humano; Índice; Desenvolvimento Regional; Tecnologia.

1 Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU), especialista em Ciência Política Contemporânea (FESPSP). E-mail: robertolamari@uol.com.br.

2 Doutor em Engenharia Aeronáutica e Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). E-mail: edsonaaqo@gmail.com.

Introdução

Entender o papel da educação na formação das pessoas é relevante, entretanto, é difícil comprovar que quanto maior for o nível educacional de homens e mulheres, maior será a contribuição para o desenvolvimento econômico e, por conseguinte, o desenvolvimento local ou regional. Esta é a questão central deste artigo.

Nesse contexto, demonstra-se a importância da educação e do investimento brasileiro nesta área, comparando aos investimentos realizados por outras nações e, na sequência, discutiu-se qual é a colocação do Brasil no índice de desenvolvimento educacional mundial.

Assim, debatemos a educação e sua relação com o desenvolvimento pessoal e econômico por meio de diferentes estudos. Essa foi a forma encontrada neste estudo para demonstrar a importância dos investimentos na educação para o desenvolvimento regional. Os dados revelam que quanto maior os investimentos em educação, maiores serão os ganhos econômicos para os trabalhadores, contudo, a educação precisar ser de qualidade.

Ao abordar o tema educação de qualidade, é necessário enfatizar que o processo de ensino aprendizagem é fundamental, entretanto, insuficiente para gerar riquezas, bem como contribuir para o desenvolvimento regional. Sabe-se que o desenvolvimento de competências e habilidades é um dos fatores de maior influência para mudanças de realidades, e o mais fácil de se mensurar na equação oferta de educação e retorno socioeconômico.

A teoria que norteou este estudo foi a teoria do capital humano e a educação como vetor econômico, ou seja, variável importante para o desenvolvimento regional. Abordou-se também a educação como transformadora do meio. Entretanto, para que isto aconteça, há a necessidade de a educação estar atrelada aos estudos de desenvolvimento tecnológicos, pois produzem maior valor agregado à economia. Outro ponto im-

portante é investir na educação primária, pois, há evidências que traz maiores retornos do que a educação de ensino superior.

Trazer índices como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH) de vários países, e comparar com as notas do principal índice mundial de avaliação do desempenho da educação, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), tradução de *Programme for International Student Assessment* - que coloca o Brasil em um ranking muito desesperador em relação à nossa educação -, foi uma tentativa de demonstrar que existe um descompasso entre a produção de riquezas no Brasil e o desenvolvimento educacional e social, o que aprofunda as desigualdades regionais e configura uma total falta de planejamento de nossas políticas públicas voltadas à educação, que poderiam, ser bem planejadas, resultando em um maior desenvolvimento regional.

Diante do exposto, o objetivo geral deste artigo é analisar a relação entre a educação e desenvolvimento regional por meio dos seguintes indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e comparar com os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

Metodologia

A abordagem metodológica utilizada neste estudo foi qualitativa e descritiva com base em uma revisão da literatura e um levantamento documental. Os dados levantados estão relacionados ao PIB, IDH e os índices de educação divulgados pelo PISA.

Para o levantamento da revisão da literatura, utilizou-se como marco teórico os estudos de Gustavo Ioschpe (2016), principalmente o livro intitulado “A ignorância custa um mundo”.

Para tanto, o autor analisa os erros da educação no Brasil, aponta os problemas e apresenta um plano de reformas para a educação brasileira, mas sobretudo, aborda a possibilidade de que uma boa educação é

capaz de desenvolver um país economicamente e dar esperança às pessoas em melhorar a sua condição de vida. Também foram pesquisados institutos como o Inep, Unesco, IAS, IPEA, IBGE.

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica qualitativa de análise de conteúdo. Conforme Mozzato e Grzybovski (2011), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que emprega procedimento sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Para os autores, o foco da análise de conteúdo é verificar a semântica dos dados.

A Importância da educação

Inicia-se a reflexão a partir da seguinte questão: qual a real importância da educação na transformação de vida das pessoas? E complementa-se: se no caso de ela provocar mudanças, seria possível afirmar que a educação muda a realidade de um determinado local, região ou país?

A resposta a essas perguntas parecem ser óbvias: Sim. Está no nosso imaginário a importância da educação, e é comum associar a necessidade de se estudar com a possibilidade de mudança de vida, de se conseguir um emprego melhor, um salário melhor e ter mais acessos a bens de consumo. Contudo, essa afirmativa não é tão fácil de se fazer, uma vez que é comum encontrar indivíduos que frequentam a educação e, no entanto, não conseguem prosperar.

No Brasil, em que a desigualdade social é grave, existe investimento orçamentário razoável, dá ordem de 25% a serem utilizados na educação pública por municípios e governos estaduais resultantes de receitas próprias e provenientes de transferências, conforme preceitua o art. 212

da Constituição Federal de 1988³, o que representa 6% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

Esse valor é superior à média dos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que é de 5,5%. O percentual investido pelo Brasil está atrás apenas da Suécia, Bélgica, Islândia, Finlândia e Noruega. No entanto, o país está nas últimas posições em avaliações internacionais de desempenho escolar. Esta avaliação está presente no relatório Aspectos Fiscais da Educação no Brasil, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.⁴

O relatório também mostra que em relação à proporção das receitas da União, a despesa federal em educação quase dobrou sua participação, passando de 4,7% para 8,3% no período 2008 a 2017. Em proporção ao PIB, a expansão passou de 1,1% para 1,8%. A despesa com educação apresentou crescimento acumulado real de 91% no período de 2008 a

3 “Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no «caput» deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.” (BRASIL,1988)

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.

§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.

4 agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-07/brasil-gasta-6-do-pib-em-educacao-mas-desempenho-escolar-e-ruim

2017, 7,4% ao ano, em média, enquanto a receita da União cresceu 6,7% em termos reais, descontada a inflação, 0,7% ao ano, em média.

Em queda nos últimos cinco anos, o gasto público com educação atingiu, em 2021, o menor patamar desde 2012, segundo estudo divulgado pela organização não governamental Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Uma das explicações para a queda acentuada se deve à votação da Emenda Constitucional n. 95, teto de gastos públicos.

Em 2021, o valor das despesas autorizadas em educação (R\$ 129,8 bilhões) foi em média de R\$ 3 bilhões superior ao de 2020 (R\$ 126,9 bilhões), mas a execução financeira foi menor (R\$ 118,4 bilhões), indica o estudo.⁵

Segundo o Inesc (2022), entre 2019 e 2021, a execução orçamentária diminuiu R\$ 8 bilhões, em termos reais, de R\$ 126,6 bilhões para R\$ 118,4 bilhões. Para o ano de 2022, o instituto observa que o valor autorizado para educação é de R\$ 123,7 bilhões, ou seja, de R\$ 6,2 bilhões a menos se comparado à verba de 2021, que era de R\$ 129,8 bilhões.

Na principal avaliação internacional de desempenho escolar – *Programme for International Student Assessment (PISA)* –, o Brasil está nas últimas posições. Dos setenta países avaliados em 2015, o Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática.

O problema no Brasil, de acordo com o relatório do PISA, não está no volume dos gastos, mas na necessidade de aprimoramento de políticas e processos educacionais:

Apesar da forte pressão social para a elevação do gasto na área de educação, existem evidências de que a atual baixa qualidade não se deve à insuficiência de recursos. Tal observação não é específica ao Brasil, tendo em vista que já é estabelecida na literatura sobre o tema a visão de que polí-

⁵ Os valores, obtidos no Portal Siga Brasil, do orçamento federal, foram corrigidos pela inflação.

ticas baseadas apenas na ampliação de insumos educacionais são, em geral, ineficazes (PISA, 2015, s.p).

Ao contrário do que muita gente pensa, a educação não serve apenas para transmitir saberes intelectuais, já que ajuda a direcionar os comportamentos da criança e adolescente. Quando essa área falha em um determinado país, a tendência é que o restante da sociedade também falhe. Tentar demonstrar como a educação influencia na formação do ser humano e da comunidade ao seu redor é a chave para entender sua importância e sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento de determinada região.

É necessário lembrar que a educação é um direito do ser humano e um bem universal, está nas principais métricas do capitalismo e no seu papel relacionado ao Estado e às políticas públicas. No Brasil, a Educação é garantida pela Constituição Federal, em seu art. 205, e está relacionada ao desenvolvimento das pessoas a partir do ensino aprendizagem.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será implementado e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o trabalho da cidadania e sua qualificação para o desenvolvimento da pessoa (BRASIL, 1988, s.p).

A educação não pode estar limitada à ideia de transmissão de conhecimentos, uma vez que deve se utilizar de meios que ajudem os alunos a ter mais autonomia e aprimorar o senso crítico, além de atuar no aperfeiçoamento de uma série de habilidades e competências úteis na vida pessoal e profissional.

Com o advento da globalização, fenômeno que encurta o fluxo de informações e faz com que o mundo esteja mais integrado às mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e culturais, a educação se torna ainda mais relevante para que as pessoas possam entender, se adequar e

interagir com as mudanças que ocorrem no mundo, bem como criar e aproveitar oportunidades.

Outra habilidade que a educação precisa desenvolver é transferir conceitos de educação para cidadania. O desconhecimento desses direitos e deveres pode acarretar diversos problemas, sendo que um dos principais é manter essas pessoas como cidadãos de segundo classe, aprofundando desigualdades sociais.

A Educação impacta no desenvolvimento pessoal e econômico

A questão que se tenta responder é quanto mais uma pessoa procura seu desenvolvimento por meio do estudo, instrução e qualificação, mais ela irá encontrar chances de construir uma carreira profissional de sucesso, com maiores salários?

De acordo com pesquisa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2022), os adultos que fizeram apenas o Ensino Fundamental ganham cerca de 62% do salário de quem concluiu o Ensino Médio. Enquanto aqueles que têm um diploma de graduação recebem 235% a mais do que as pessoas que se formaram somente no colegial. Isso também favorece o desenvolvimento e crescimento da economia do país.

Outra questão que merece destaque é o fato de a educação ser uma ferramenta para combater a violência. O estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021) aponta que para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos matriculados na escola, há uma diminuição de 2% na taxa de homicídios nos municípios.

Vale ressaltar que a escola é o primeiro ambiente de socialização que a criança tem acesso depois da família, ajudando a construir a sua personalidade. Ao ingressar em uma escola, o aluno inicia a construção das suas próprias ideias e personalidade, ou seja, da sua individualida-

de, o que também resulta no ganho de autonomia tanto para realizar as suas atividades quanto para tomar decisões.

A partir da consolidação dos aprendizados básicos a respeito de como a sociedade funciona, a instituição de ensino ajuda a estimular o pensamento crítico, assegurando ao estudante a capacidade de interpretar, assimilar e debater sobre os assuntos sociais, tendo como base ideias bem embasadas e fundamentadas.

A educação deve fazer pensar, resolver problemas e dar o aprendizado da cidadania com a compreensão dos nossos deveres e direitos em sociedade, a saber: o acesso à educação, zelo pelo patrimônio público, exercício da democracia e voto, entre outras questões.

Como a escola e os professores podem oferecer uma educação de qualidade? O processo educacional deve ser transformador, a fim de garantir que todos os alunos possam usufruir desse direito nas melhores condições possíveis.

Para tanto, é preciso que o sistema de ensino e os seus agentes identifiquem e se adequem às demandas sociais da atualidade, trazendo para dentro da sala de aula práticas inovadoras, inclusivas e que sejam capazes de estimular o desenvolvimento das competências e habilidades condizentes com a vida cidadã.

Nesse sentido, as escolas mais modernas estão priorizando a formação integral, além de investir em metodologias ativas combinadas com o uso de tecnologias específicas para a aprendizagem e a implementação das novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que possibilita aos discentes trabalhar os seus aspectos intelectuais, comportamentais, emocionais, artísticos, esportivos e sociais.

O papel da educação na formação do cidadão é vital para a construção de uma sociedade melhor, uma vez que torna o mundo mais inclusivo e democrático. E a grade curricular deve estar adaptada às novas realidades, focada em explorar habilidades e aptidões, voltada para ciência e tecnologia e conceitos de cidadania.

A Teoria do capital humano

A teoria do capital humano foi desenvolvida na Universidade de Chicago, na década de 1960, por Theodore Schultz, Gary Becker e Jacob Mincer. Eles somaram à ideia de capital e trabalho, ao capital humano, ou seja, uma economia para bem se desenvolver não depende só de dinheiro, máquinas e horas trabalhadas, depende sobretudo da qualidade das pessoas, que deve ser incorporada como elemento de transformação e riqueza de uma nação. Deste modo, a educação é fator determinante para elevar o capital humano.

A teoria do consumo de indivíduos, famílias e outras unidades de consumo indica que há ganhos robustos resultantes do processo educacional. A educação deve ser entendida como um investimento feito para melhorar seu futuro. Ao gerar alguma competência, a educação aumenta a produtividade daquele que a recebe. Nessa esteira, Gustavo Ioschpe, em seu livro “A ignorância Custa um Mundo – O valor da educação no desenvolvimento do Brasil”, aborda detalhadamente a teoria do capital humano e conclui:

Já que em mercados competitivos cada qual recebe de acordo com sua produção, a forma mais direta de mensurar o efeito da educação é comparar os salários de pessoas instruídas com os daquelas sem instrução. Essa comparação, feita ao redor do mundo e há várias décadas, indica que o salário de uma pessoa é fortemente correlacionado ao seu nível educacional.

Como todo investimento, podemos também computar uma taxa de retorno à educação. Vimos aqui a hipótese de que há um efeito linear entre educação e salário extremamente consistente, e que o coeficiente dessa relação sugere que um ano a mais de educação gera um aumento salarial médio por volta de 10% (IOSCHPE, 2016, p.85-86).

Deve-se ter em mente que em princípio todo ser humano tem uma habilidade, que verdade pode nunca ser utilizada ou descoberta, porque

são desconhecidas e/ou são ignoradas por uma vida. Cabe à educação formal descobrir e incentivar essas habilidades, de outra sorte a não descoberta e desenvolvimento dessas capacidades faz com que fique muito difícil estabelecer uma métrica de causa efeito entre a educação e retorno dela à sociedade, por meio da geração de riquezas e produção.

Se a educação formal não transmitir nenhuma competência ao indivíduo ao final de sua formação, de fato, ela é muito ruim, apenas contar com a habilidade inata de um indivíduo é insuficiente para gerar ganhos futuros para uma nação, necessário é aprimorá-la e desenvolver outras habilidades, além de fazer aflorar as habilidades escondidas. Isso sim tem potencial de ganhos reais para determinada comunidade e para seu desenvolvimento local.

A noção de que o incremento da educação na vida de qualquer pessoa tem relação direta com a renda dos trabalhadores é uma realidade, pode não ser uma realidade absoluta. Contudo, como já demonstrado por dados, é uma verdade, e este fato é, portanto, uma demonstração inequívoca da educação para o desenvolvimento regional.

Ao traçar uma teoria de oferta da educação e a taxa de retorno, esta teria mais ganhos se fosse uma educação que ofertasse uma demanda focada no desenvolvimento tecnológico de uma economia. Essa sim capaz de trazer ganhos de forma irrefutável para o desenvolvimento e de fácil mensuração de seu retorno econômico para um país (IOSCHPE, 2016).

O mesmo autor observa que os retornos à educação são maiores em que ela é falha. Em geral, a educação primária proporciona os maiores retornos. As taxas de retorno social, no ensino universitário, são menores, devido aos seus altos custos sociais e grandes benefícios privados.

Por fim, concluiu que a presença de externalidades à educação impede de estimar o impacto da educação sobre o crescimento econômico por meio da simples soma de ganhos individuais e, então, seria necessário buscar métodos mais sofisticados, por exemplo, a utilização de dados comparativos, como a relação entre expansão educacional e crescimento econômico e a situação da educação e do desenvolvimento econômico (IOSCHPE, 2016).

Análise dos índices econômico e de educação

O primeiro índice analisado foi o PIB. Vale ressaltar que após a análise individual do indicador, relacionar-se-á com um índice de educação (PISA). O PIB per capita é o Produto Interno Bruto, dividido pela quantidade de habitantes de um país. O PIB é a soma de todos os bens de um país. Quanto maior for o PIB, maior é a demonstração de quanto esse país é desenvolvido, podendo ser classificados entre países pobres, ricos ou em desenvolvimento.

O PIB per capita é um indicador muito utilizado na macroeconomia e tem como objetivo mensurar o crescimento da economia de um país, Estado ou região. Para o cálculo do PIB, é considerado apenas bens e serviços finais.

Ele é usado como indicador, pois quanto mais rico o país é, mais seus cidadãos se beneficiam. Esta é uma afirmação que não pode ser feita de forma absoluta, pois é possível que o PIB aumente enquanto os cidadãos ficam mais pobres, e isso ocorre porque o PIB não considera o nível de desigualdade de renda das sociedades.

O Brasil voltou a integrar o “top 10” das maiores economias do mundo, em 2022, posto que não ocupava desde 2020, quando caiu para a 12ª posição, e chegou a ocupar a 13ª em 2021, contudo o país já esteve na 6ª posição em 2011. É possível afirmar que o Brasil é um país rico, estando em qualquer uma dessas posições, mas isto não o torna um dos países mais desiguais do mundo.

Segundo ranking da Austin Rating (2022), o país saiu da 13ª posição no 4º trimestre de 2021 para a 10ª em março de 2022. O Produto Interno Bruto (PIB) nominal do Brasil chegou a US\$ 1,83 trilhão no 1º trimestre deste ano. O país superou a Rússia, Coreia do Sul e Austrália.

Ao enumerar as treze maiores economias do mundo, segundo o PIB, em trilhões de dólares, para depois fazer uma correlação com o índice de educação PISA, que explicar-se-á: 1º EUA – US\$ 25,5; 2º China – US\$

19,91; 3º Japão – US\$ 4,91; 4º Alemanha – US\$ 4,26; 5º Índia – US\$ 3,53; 6º Reino Unido – US\$ 3,38; 7º França – US\$ 2,94; 8º Canadá – US\$ 2,22; 9º Itália – US\$ 2,06; 10º Brasil – US\$ 1,83; 11º Rússia – US\$ 1,83; 12º Coreia do Sul – US\$ 1,80; e 13º Austrália US\$ 1,75 (AUSTIN RATING, 2022).

Isso posto, trata-se na sequência do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), tradução de *Programme for International Student Assessment*, que é um índice de ranking de educação mundial, organizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um órgão internacional que reúne países desenvolvidos na realização de pesquisas e projetos e consultoria voltados ao desenvolvimento socioeconômico.

O PISA foi criado e desenvolvido em 1997 pelo pesquisador alemão Andreas Schleicher, dando início a uma nova abordagem da OCDE na área de educação. O Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, foi convidado a participar do PISA desde a sua primeira edição, em 2000, mesmo não sendo membro da organização.

Justamente pela proposta e objetivo de ser uma avaliação que reflète a realidade da educação mundial, o programa não está restrito a países membros. A participação também comporta não membros e, em alguns casos, avalia apenas uma parcela de um país. Este é o caso da China, que, em 2018, teve a prova aplicada apenas às províncias de Pequim, Shanghai, Jangsu e Zhejiang. Há ainda participantes que são considerados apenas regiões administrativas, e não países, como Hong Kong e Singapura.

Em termos de ranking de desempenho, a primeira edição do programa, em 2000, revelou a Finlândia como a grande potência mundial em educação. Especialistas têm desenvolvido estudos sobre o desempenho dos países nórdicos e outros casos notáveis para compreender os elementos que possibilitaram esses resultados.

Em 2018, por exemplo, chamou atenção a colocação da China em 1º lugar nas três categorias examinadas pelo PISA: leitura, matemática

e ciências. No entanto, de maneira geral, os pesquisadores veem como ineficientes as tentativas de replicar práticas de países que obtêm bons desempenhos.

O PISA é realizado a cada três anos, e cada edição se aprofunda em uma daquelas três categorias. Na edição de 2018, a categoria em foco foi a leitura, enquanto nas edições de 2015 e 2012 a avaliação concentrou-se em ciências e matemática, respectivamente. Isto ajuda a organização a obter informações mais profundas sobre uma ou outra habilidade específica dos estudantes, assim como divulgar dados mais detalhados sobre os resultados.

O programa foi elaborado como uma avaliação não baseada no conteúdo específico ensinado nas escolas, justamente pela consciência de que os currículos variam muito de acordo com a região, país, economia e sistema educacional. Além disso, estabeleceu-se a idade de 15 anos como marco para a realização do exame. Os desenvolvedores do PISA sabem que o contexto do sistema educacional coloca alunos da mesma idade em estágios diferentes de sua vida escolar de acordo com a organização de seu país. Nesse sentido, 15 anos de idade foi o marco escolhido por ser um momento em que se espera dos alunos uma base sólida nas competências necessárias para uma participação efetiva e contributiva no desenvolvimento econômico e social.

Os testes são realizados por meio de computadores e têm duas horas de duração. As competências avaliadas incluem: análise e uso de formas e dados matemáticos, a compreensão do funcionamento e aplicação do método científico, e a compreensão de textos. Adaptar a prova às diferentes regiões e países é visto como algo dispensável, pois não se busca avaliar conteúdos específicos que variam de acordo com o currículo escolar.

No total, 600.000 estudantes, de 15 anos, de escolas públicas e particulares do mundo todo participaram da edição de 2018. Essa amostra é considerada representativa dos 32 milhões de estudantes de 15 anos

nos países participantes. A participação do Brasil contou com pouco mais de 10 mil estudantes, representando os cerca de 2 milhões de brasileiros de 15 anos que estão atualmente na escola.

O PISA visa conectar fatores socioeconômicos, ambiente escolar e bem-estar dos alunos para melhor entender as variações no desempenho geral do país. O relatório de análise geral da avaliação publicado em 2019 reitera que o objetivo da prova não é gerar mais um elemento de responsabilização de diretores e professores de forma hierarquizada (de cima para baixo, apenas delegando ordens). Deve funcionar como um incentivo para que os próprios educadores e profissionais da área reavaliem suas próprias práticas.

Segundo o relatório do PISA, tem-se por objetivo diagnosticar a capacidade dos estudantes de não apenas reproduzir o que aprenderam na escola, mas também aplicar o conhecimento de forma criativa, interdisciplinar e prática, permitindo-os efetivamente transformar seu entorno (OCDE, 2022).

O programa também é uma maneira de avaliar o investimento financeiro em educação e o retorno que este proporciona em termos de qualidade. O relatório geral informa, por exemplo, que o investimento em educação aumentou em média 15% nos países membros da OCDE, mas que isso não implicou uma significativa melhoria do desempenho. Isto não significa que não seja útil e necessário investir uma parcela suficiente do orçamento de um país em educação, mas demonstra claramente que a resposta para a melhoria de qualidade que buscamos nem sempre está na simples disponibilidade de dinheiro, mas em como ele é aplicado e também elementos que vão além do puramente financeiro (OCDE, 2022).

O relatório final identifica que, para aumentos maiores que US\$50.000 dólares por aluno, não há relação entre aumento de gasto e melhoria no desempenho. Outro dado importante é que não se identificou uma correlação entre o número de horas em que o aluno permanece efetivamente na escola e a melhoria do desempenho (OCDE, 2022).

A avaliação faz comparações entre o desempenho dos gêneros feminino e masculino, bem como o contexto socioeconômico da escola como um todo e dos alunos individualmente. No quesito de leitura, os resultados gerais de 2018 não trouxeram dados alarmantes de diferenças no desempenho de meninos e meninas, e os maiores desafios enfrentados pelos países participantes, incluindo o Brasil, estão em eliminar a diferença significativa entre escolas e alunos categorizados como mais privilegiados e os menos privilegiados.

Também se observa outros elementos, como a inserção no seguimento da educação vocacional ou profissionalizante. Ainda, a idade em que há separação dos alunos pelo desempenho ou trajetória acadêmica e profissional também é observada. A separação mais tardia está associada a uma melhora moderada no desempenho.

Além disso, a edição de 2018 trouxe um questionário completo que busca compreender melhor a vida escolar dos alunos participantes, incluindo o quão bem eles se sentem no ambiente escolar em relação a *bullying*, colegas, professores e funcionários (OCDE, 2022).

A edição de 2018 também trouxe algumas novidades em questionários de aplicação opcional aos países e regiões participantes sobre as aspirações acadêmicas e profissionais dos estudantes, a realidade escolar e de conhecimentos sobre finanças pessoais. Além disso, as edições trazem questionários mais aprofundados sobre a competência em foco no ano. Como nesta edição focou na leitura, o questionário buscou compreender os hábitos de leitura dos participantes, incluindo quantas horas diárias de leitura eles têm por hábito e quais são os materiais de sua preferência (OCDE, 2022).

Por fim, a edição buscou promover uma noção, já consolidada entre especialistas, de que é importante cultivar o que eles chamam de mentalidade de crescimento: a crença de que os nossos talentos e conhecimentos se expandem e não permanecem fixos ao longo da vida.

Os resultados divulgados no quarto trimestre de 2019 avaliaram 79 países, e estes não são muito animadores para o Brasil: entre 58º e 60º lugar em leitura, entre 66º e 68º em ciências e entre 72º e 74º em matemática, a variação existe por conta da margem de erro adotada pela pesquisa (OCDE, 2022).

Interessante ressaltar que a nota de escolas particulares de elite do Brasil colocaria o país na 5ª posição do ranking mundial, contudo, o ranking analisa o desempenho de estudantes de escolas públicas e privadas, e isto deixa o país na 65ª posição, entre 79 países, na nota geral, que é uma das mais baixas do mundo na média das três áreas avaliadas: literatura, matemática e ciências.

Seguindo o critério de colocação dos dados do PIB, elenca-se os 13 países mais bem colocados na média do PISA: 1º China (Pequim, Xangai, Jiangsu e Guangdong), 2º Singapura, 3º Macau (China), 4º Hong Kong (China), 5º Estônia, 6º Canadá, 7º Finlândia, 8º Irlanda, 9º Coreia, 10º Polônia, 11º Suécia, 12º Nova Zelândia, 13º Estados Unidos (OCDE, 2022).

Se fizer um simples cruzamento comparativo, entre os países que estão nas treze primeiras posições na lista de maior PIB e melhor desempenho no PISA, chegamos aos Estados Unidos, China e Canadá. Nesse contexto, indaga-se: é possível afirmar que a riqueza de um país nem sempre traduz um ensino de excelência?

Não é fácil responder à questão, para tanto, elenca-se como estão posicionadas as treze maiores economias no mundo, segundo o último PIB de 2022 em relação ao último PISA divulgado em 2019: EUA: 1º no PIB e 13º no PISA – China: 2º PIB e 1º PISA – Japão 3º no PIB e 16º no PISA – Alemanha: 4º no PIB e 21º no PISA – Índia: 5º no PIB e não avaliada no PISA – Reino Unido: 6º no PIB e 15º no PISA – França: 7º no PIB e 24º no PISA – Canadá: 8º no PIB e 6º no PISA – Itália: 9º no PIB e 33º no PISA – Brasil: 10º no PIB e 58º no PISA – Rússia: 11º no PIB e 32º no PISA – Coreia do Sul: 12º no PIB e 9º no PISA – Austrália: 13º no PIB e 17º no PISA.

É possível que a comparação possa confirmar que riqueza não está automaticamente relacionada à qualidade de ensino, e o inverso também é verdade. Porém dos treze países com melhor grau de riqueza, onze estão bem colocados na mais importante avaliação mundial de desempenho de qualidade de ensino, com exceção da Índia, que não participou do PISA, e do Brasil que, apesar de estar na 10ª colocação no índice de riqueza, amarga uma 58ª posição na média de avaliação do PISA. É o país com a maior diferença de colocação entre uma e outra avaliação.

No caso do Brasil, não resta outra avaliação. O que se vê é um país com bastante riqueza per capita, mas que apresenta profunda desigualdade quando avaliado o seu desempenho em educação, fato que é corroborado quando se analisa internamente a avaliação de instituições públicas x privadas de ensino que obtêm melhores notas. Porém são frequentadas por uma elite econômica, reafirmando ser um país que distribuiu mal suas riquezas e não cria igualdade de oportunidades. Talvez este seja o fator responsável por índices e uma realidade social abaixo da média mundial.

Certo é que a avaliação de renda per capita não tem relação imediatamente igual ao índice de educação, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, por ser um índice que mede condições sociais, entre elas, a própria educação, poderia ser mais apropriado em termos comparativos.

O IDH é uma medida média das conquistas do desenvolvimento humano básico de um país. Como todas as médias, o IDH mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país. O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PNUD, 2019).

Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética do desenvolvimento humano.

Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”. Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH (PNUD, 2019).

Desde 2010, quando o Relatório de Desenvolvimento Humano completou 20 anos, novas metodologias foram incorporadas para o cálculo do IDH. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma:

1. Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
2. O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e,
3. A expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança.

E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

Publicado pela primeira vez em 1990, o índice é calculado anualmente. Desde 2010, sua série histórica é recalculada devido ao movimento de entrada e saída de países e às adaptações metodológicas, o que possibilita uma análise de tendências. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do

Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (PNUD, 2019).

A relação dos 13 países mais bem colocados no IDH de 2022, de 189 países analisados, é diferente do PIB per capita e tem a Noruega em 1º lugar, Suíça em 2º, 3º Irlanda, 4º Hong Kong (China), 5º Islândia, 6º Alemanha, 7º Suécia, 8º Austrália, 9º Holanda, 10º Dinamarca, 11º Singapura, 12º Finlândia e 13º Reino Unido (PNUD, 2019).

Da mesma forma, identifica-se em qual posição estes países estão em relação ao PISA: a Noruega 1º colocada no IDH está em 20º no PISA; a Suíça 2º no IDH está em 29 no PISA; a Irlanda 3º no IDH está em 8º no PISA; Hong Kong 4º colocado no IDH aparece em 4º no PISA; Islândia 5º no IDH está em 36º no PISA; Alemanha 6º no IDH está em 21º no PISA; a Suécia 7º no IDH está em 11º no PISA; Austrália 8º no IDH está em 17º no PISA; Holanda 9º no IDH está em 27º no PISA; Dinamarca 10º no IDH está em 19º no PISA; Singapura 11º no IDH está 2º no PISA; Finlândia 12º no IDH está em 7º no PISA; Reino Unido 13º no IDH está em 15º no PISA.

Como o IDH tem componentes sociais na sua construção, tem-se comparativamente uma menor discrepância entre o PISA e IDH. O Brasil que é o 58º no PISA/2019 está colocado na 84ª posição de 189 países, em 2022, tendo caído da posição 79ª, em 2020. Assim, reafirma-se que o Brasil é um país socialmente injusto, com profundas desigualdades e que este fato se reflete no seu desenvolvimento.

A má colocação do Brasil no Índice de Desenvolvimento Regional e no PISA reflete a necessidade de investimentos em educação, o que não significa dizer necessariamente aumentar o volume de capital investido, mas sim a forma como se investe. Há evidências da necessidade de reformulação da grade curricular, para que esta tenha mais aderência à realidade de formação para o desenvolvimento pessoal e, por conseguinte, no desenvolvimento do país.

Em artigo sobre “Educação e Desenvolvimento Regional: A Unesco e as Interseções com o Desenvolvimento Regional” (2020), os autores Argos Gumbowsky, Lucia Juraszek, Elfi Irene Noernberg e Erick Douglas Weber da Maia concluem que:

É importante ressaltar que o simples aumento de oferta de educação não é garantia de alcance do desenvolvimento, é necessário considerar a qualidade da educação oferecida. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a adoção de políticas públicas na esfera municipal passou a exigir parcerias. Neste sentido, a UNESCO (2013, p. 21) entende que a ‘presença e cooperação com todas as esferas federadas é essencial, especialmente em temas como a gestão educacional, à qualificação de professores, o uso sustentável de bens naturais, o desenvolvimento social e o combate à pobreza’ (GUMBOWSKY *et al.*, 2020, p. 91).

O Desenvolvimento Regional no Brasil deve diminuir as desigualdades sociais, é necessário que o país planeje de forma mais racional e eficiente os gastos com educação.

Considerações

Apesar de o Brasil ser um país rico, conforme demonstrado pelos dados do PIB per capita, esta riqueza não se traduz em igualdade de oportunidades ou tem sido capaz de diminuir a desigualdade social, como demonstra o IDH.

As notas do PISA mostram que o Brasil está em uma posição bastante preocupante perante o restante do mundo e demonstra baixo desenvolvimento e alta desigualdade social nas regiões brasileiras. Por conseguinte, diminuir nossas desigualdades por estar “presos” em uma péssima política pública educacional, que traz décadas de atraso e prevê um futuro nada promissor, se não inverter essa realidade de uma má qualidade de ensino.

O país tem que melhorar seus gastos com educação, aplicar um planejamento que procure gastar bem e com eficácia os recursos destinados à educação que, como visto, não são insuficientes. De modo geral, isto deve ajudar a médio e longo prazo a diminuir as desigualdades sociais e ser fator de distribuição de renda e oportunidades.

A Educação é o vetor para o desenvolvimento regional e ajuda na equação de desenvolvimento econômico, ao elevar os ganhos de um trabalhador por meio do investimento da educação.

Existem falhas no currículo que precisam ser revistas. A exemplo da resolução de equações, leitura e escrita adequadas, mas sobretudo aguçar o raciocínio lógico, o pensamento, o discutir, formar cidadãos preparados para a realidade global, dar noções de educação para a cidadania, formando e capacitando para a realidade imposta pelo capital.

Enfim, não há como falar em educação planejada se não existir um investimento, não só no ensino aprendizagem, mas no desenvolvimento do capital humano, por meio das habilidades natas ou não.

A educação moderna que se pretende não pode abandonar nenhuma fase do processo de conhecimento, mas deve estar focada na primeira infância, pois esta se traduz em melhores resultados imediatos e futuros. Contudo, precisa estar mais focada no desenvolvimento tecnológico, porque este traz ganhos reais ao aspecto econômico do país, ficando mais fácil de demonstrar que este investimento em educação aliada à tecnologia produz mais riqueza.

Esta pesquisa demonstrou que o investimento de forma correta em educação deve gerar desenvolvimento econômico, porém, esse impacto deve ser mensurado. Os índices funcionam como ferramentas eficientes para qualificar o investimento realizado em uma política pública, no caso a educação, e quantificar os resultados. Deste modo, será possível demonstrar e avaliar se existe uma educação de melhor qualidade, se gera melhores oportunidades às pessoas, e se o desenvolvimento econômico regional de fato está ocorrendo.

Referências

BRASIL. **Aspectos Fiscais da Educação no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/aspectos-fiscais-da-educacao-no-brasil/2018/30>>. Acesso em: 2 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 1 set. 2022.

BRASIL. Senado. **Educação-Data Senado**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacoesporte-ma?tema=Educa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 1 set. 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasil no Pisa 2018 [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano decenal de educação para todos**. Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 1 set. 2022.

CAMPIONI, P. Educação Brasileira: Realidade e Desafios. **POLITIZE**. 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/educacao-brasileira-realidade-e-desafios/>>. Acesso em: 4 set. 2022.

FEPESP – Federação dos Professores do Estado de São Paulo. **Educação no Brasil colocada em xeque – apesar do site do INEP, que administra as provas no Brasil, não expor dados no seu site, aqui estão as principais informações do Pisa 2018 e o seu relatório original**. Disponível em: <<http://fepesp.org.br/noticia/pisa-aqui-todos-os-resultados/>>. Acesso em: 4 set. 2022.

GUMBOWSKY, A.; JURASZEK, L.; NOERNBERG, E. I; MAIA, E. D. W. Educação e Desenvolvimento Regional: A Unesco e as Interações com o Desenvolvimento Regional. **Revista Interação**. Grupo Unis, p. 79-93, 2020.

IAS - Instituto Ayrton Senna. **Além da Aprendizagem Acadêmica: Primeiros Resultados da Pesquisa sobre Competências Socioeconômicas**. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/documentos/OCDE-REPORT-Portugues-27-04-22.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 set.2022.

INESC - Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos. **Orçamento escancara crise e desmonte da Educação**. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/orcamento-escancara-crise-e-desmonte-da-educacao/>>. Acesso em: 2 set.2022.

IOSCHPE, G. **A ignorância custa um mundo: o valor da educação no desenvolvimento do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Educação, Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10807/1/BPS_28_educacao.pdf>. Acesso em: 1 set. 2022.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 731-747, 2011.

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Disponível em: <<https://sta>>

ts.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=AE011_OVERVIEW_CHAPTER4_TAB2_PT>. Acesso em: 2 set.2022.

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Education Policy Outlook, Brasil**. Com foco em políticas nacionais e subnacionais. Disponível em: <<https://www.oecd.org/education/policy-outlook/country-profile-Brazil-2021-PT.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2022.

OLIVEIRA, K. Brasil gasta 6% do PIB em educação, mas desempenho escolar é ruim. **Agência Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-07/brasil-gasta-6-do-pib-em-educacao-mas-desempenho-escolar-e-ruim>>. Acesso em: 1 set. 2022.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019**. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>>. Acesso em: 08. maio.2022.

SCHULTZ, T. W. "Capital Formation by Education". **Journal of Political Economy**. v.68, n.6, p. 571-83,1960.

UNESCO - Organização das Nações Unidas. **Educação de qualidade no Brasil**: qualidade e igualdade da educação. Brasília: UNESCO. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/education-quality>>. Acesso em: 2 set.2022.

O Trabalho informal realizado pelas mulheres de baixa renda e seus impactos

*Sandra Regina dos Santos Silva⁶
Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira⁷*

Resumo: O referido artigo tem como objetivo geral analisar a atuação das mulheres de baixa renda no mercado de trabalho informal. Nos dias atuais, muitas destas mulheres são obrigadas a adentrar na informalidade por ser a única provedora do lar. O intuito do estudo é demonstrar a luta pela sobrevivência destas mulheres, que batalham para o sustento dos filhos e muitas nem almejam o sucesso, pois sabem que as oportunidades são baixíssimas, haja vista o enfrentamento de diversas dificuldades e preconceitos. Para tanto, a metodologia tem uma abordagem quantitativa e descritiva e foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática estudada. Como resultado do estudo, constatou-se os impactos que afetam diretamente a vida das mulheres de baixa renda e seus dependentes, bem como impactos importantes no desenvolvimento regional, já que trabalhando na informalidade não enseja em tese o pagamento de impostos.

Palavras-chave: Trabalho Informal; Baixa Renda; Mulheres; Oportunidade.

6 Mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU). E-mail: advogada.sandrasantos@gmail.com

7 Doutor em Engenharia Aeronáutica e Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). E-mail: edsonaaqo@gmail.com.

Introdução

Segundo o IBGE (2022), a informalidade vem crescendo gradativamente no Brasil, visto que o número de trabalhadores informais atingiu 39.129 milhões em 2021. Quanto a taxa de informalidade no grupo feminino, verifica-se indicadores ainda maiores. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2022a), este fato é explicado devido a gigantesca desigualdade de gênero existente no Brasil.

Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano (1995, s.p), “a pobreza tem o rosto de uma mulher, afirma-se que as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens, ou seja, de 1.3 bilhão de pessoas na pobreza, 70% são mulheres”.

Segundo Cardoso (2013), no trabalho informal, o indivíduo atua por conta própria, não possui vínculo empregatício. Trata-se de um trabalhador autônomo, que na maioria dos casos não recolhe o INSS, como é o caso, por exemplo, dos ambulantes, diaristas e entre outros.

Ressalta-se que a necessidade de sobrevivência faz com que muitas mulheres, principalmente de baixa renda, entre na informalidade, pois elas são provedoras de seu lar. A maioria destas mulheres tem filhos pequenos, e por falta de escolaridade ou uma baixa formação não conseguem uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal, por isso se lançam em trabalhos informais, para garantir seu sustento e de seus dependentes (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009).

De acordo com Hirata (2016), as taxas de atividades realizadas entre as mulheres, têm crescido, entretanto, os empregos criados são considerados vulneráveis e precários, ainda mais sem qualificação, ocasionando a ampliação do trabalho informal dentre elas.

Diante do exposto, o referido artigo tem como objetivo geral discutir sobre a necessidade das mulheres de baixa renda, de adentrar ao trabalho informal, com o intuito de auxiliar a renda familiar, minimizando o estado de pobreza em que vivem, em função do bem-estar dos filhos

e no intuito de tornar seus sonhos mais atingíveis, mesmo enfrentando muita discriminação.

Para tanto, foi apresentado uma síntese geral, analisando-se o perfil destas mulheres, e os desafios enfrentados por ela, o oferecimento de políticas públicas que as auxilie e as qualifique, para que tenham mais oportunidades em um mercado cada vez mais excludente e competitivo, e como está sendo realizada a distribuição de renda realizada pelo Estado.

E por último, uma síntese das vantagens e desvantagens do trabalho informal praticado por estas mulheres, bem como os impactos positivos e negativos desta informalidade.

Referencial teórico

A fundamentação teórica desta pesquisa é a análise do trabalho informal dentre as mulheres de baixa renda e demonstrativo dos índices levantados, tais como: perfil, escolaridade e capacitação destas mulheres. Foi analisado ainda as políticas públicas e a intervenção do Estado e da sociedade em prol delas.

O primeiro conceito de trabalho informal foi da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1973, quando foi apresentada um relatório que apontava que o problema mais importante de alguns países não era o desemprego, mas a existência de trabalhadores/as pobres, ocupados/as em produzir bens e serviços sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas. A partir de então, a definição do trabalho informal ficou assim:

O setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Essas atividades se utilizam de pouco capital (nenhuma, ou quase nenhuma barreira de entrada), técnicas rudimentares e mão de obra pouco qualificada,

que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de qualificação profissional (OIT, 1973, s.p).

O problema da definição dada pela OIT para o trabalho informal é que ela delimitava as atividades informais para a população mais pobre e com baixo nível de escolaridade.

De acordo com Jakobsen, Martins e Dombrowski (2000), em um estudo sobre o trabalho informal, destacam algumas das características apresentadas por estas mulheres de baixa renda, que vivem da informalidade em decorrência do desemprego, podendo atuar em várias áreas, desde a venda de produtos até à catação de lixo, porém a renda é muito baixa. Os autores ainda ressaltam que um dos fatores que também aumentam o trabalho informal é a burocracia trabalhista.

Atualmente, constata-se que a maioria das trabalhadoras informais, optam por esta decisão, para ter flexibilidade de horários e poder cuidar dos filhos e de sua casa, além de terem a ideia de ser dona do próprio negócio, muitas se sentem empreendedoras, mesmo que a renda alcançada seja bem inferior caso as mesmas tivessem um trabalho formal.

Sabe-se, analisando o dia a dia destas mulheres, que embora existam algumas vantagens no trabalho informal, como mencionado anteriormente, muitas vezes, estas mulheres se deparam com preconceito, violência nas ruas, muitas trabalham arduamente, mesmo assim a maioria delas não pretende deixar o trabalho informal.

Metodologia

Este presente artigo de pesquisa é de cunho bibliográfico, que segundo Lima e Mioto (2007), se configura como uma sequência ordenada de procedimentos que tem o objetivo de solucionar os problemas elencados anteriormente, partindo da ampla revisão de literatura. Esse tipo

de pesquisa permite ampliar os horizontes acerca de determinado tema, devido a um olhar amplo sobre um tema derivado de uma extensa pesquisa na bibliografia existente (LIMA; MIOTO, 2007).

No presente artigo foram levantados dados quantitativos que demonstram o crescimento de mulheres de baixa renda no trabalho informal, por necessidade, de auto sobrevivência, e para sustentar sua família, filhos, e custear as despesas do lar, pois na maioria dos casos, estas mulheres são provedoras do seu lar.

A precarização das relações de trabalho e ampliação do desemprego, aumentou a informalidade, dentro da própria OIT (Organização Internacional do Trabalho), evoluiu para uma compreensão do fenômeno como resultante de um desenvolvimento capitalista desigual, que resultaria na complementariedade entre o trabalho formal e o informal (LIMA, 2013).

O novo conceito de trabalho informal, abrange uma “economia informal”, mesmo que estas mulheres que trabalham na informalidade estejam desprovidas de estabilidade e da proteção dos direitos trabalhistas.

Segundo Antunes e Alves (2004), há um aumento do trabalho feminino na contemporaneidade, o trabalho precarizado e desregulamentado, dentre estes se situa o trabalho informal, que totaliza 56% das trabalhadoras.

Mulheres negras no mercado de trabalho informal

A informalidade entre as mulheres negras e de baixa renda, são as mais altas, se comparadas com outras mulheres, pois os desafios encontrados por elas são muito maiores, pois estão ligados a cultura e normas sociais, desigualdades de gênero e de raça.

Segundo Feijó (2022), a taxa de informalidade entre as mulheres negras ocupadas também tem sido elevada. No 1º tri de 2022, 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam em postos de trabalho informais,

taxa superior à média nacional (40,1%), dos homens brancos/amarelos (34,8%) e das mulheres brancas e amarelas (32,7%). Por outro lado, ficou abaixo da taxa entre homens negros (46,6%) (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2022b).

O perfil das mulheres atuantes no trabalho informal e a família

O perfil destas mulheres de baixa renda que adentram para o trabalho informal, em sua grande maioria, são mulheres pobres, sem companheiro, com filhos pequenos, que residem em comunidades, na maioria são pardas ou negras, sem escolaridade, sem capacitação, e a grande maioria tem dificuldade de conseguir vagas em creches para seus filhos. Não tendo com quem deixá-los para procurar um emprego formal, demonstra uma ineficácia do poder público, por isso muitas optam pelo trabalho informal, por uma questão de sobrevivência (MARQUES *et al.*, 2018).

O trabalho informal para muitas mulheres tem suas vantagens, tais como: flexibilidade no horário de trabalho, não ter regras, ter mais tempo de permanecer com filhos pequenos e cuidar da casa (LIMA, 2017).

Nos artigos analisados, evidenciou-se a manutenção da dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher. Foi possível identificar a continuidade do modelo de família patriarcal, no qual ainda cabem às mulheres as responsabilidades domésticas, mesmo assim a maioria das mulheres demonstram responsabilidade em suas atividades, mesmo que as deixem atarefadas, apesar de prevalecer um sentimento de culpa quando não conseguem conciliar o trabalho e a família (SILVA, 2021).

Políticas públicas e distribuição de renda para mulheres

A busca por programas sociais de transferência de renda, confirma a vulnerabilidade destas famílias e a necessidade de o Estado intervir de

forma mais eficaz, principalmente em políticas educacionais, de qualificação e de emprego e renda.

Conforme mencionado anteriormente, muitas mulheres de baixa renda, trabalham pelo autossustento e de seus filhos. Muitas não conseguem receber pensão-alimentícia do genitor das crianças para auxiliá-las nas despesas do lar, o que aumenta ainda mais a necessidade por renda, que só pode vir pelo seu trabalho, na maioria dos casos informal, ou por auxílio do governo, com um programa de renda mínima, que por vezes, não custeia o básico para sobrevivência de uma família.

A falta de investimento do poder público em favor destas mulheres, principalmente da administração municipal, contribui para a informalidade no emprego. Observa-se que o poder público, na sua maioria, investe em cursos de capacitação, tais como: curso de cabelereira, costureira, cozinheira e entre outras, ou seja, atividades produtivas tradicionais de mulheres de baixa renda.

Pode afirmar que os cursos e treinamentos ofertados poderiam ser mais diversificados e focados na necessidade do mercado, o que ampliaria as oportunidades de empregos para mulheres geradoras de renda, bem como desenvolvimento local.

A ineficácia da aplicabilidade destas políticas públicas faz com que estas mulheres necessitam de auxílio de toda a sociedade, que, por vezes, ocorre por meio de associações, cooperativas, ONGs e ações sociais, que buscam o desenvolvimento local, visando à melhoria da qualidade de vida, sua e de seus dependentes.

Um exemplo de distribuição de renda é o Auxílio Brasil coordenado pelo Ministério da Cidadania, responsável por gerenciar os benefícios do programa e o envio de recursos para pagamento. Em 29 de dezembro de 2021, foi sancionado a Lei 14.284 que institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, que veio para substituir o programa bolsa família. O programa define metas para taxas de pobreza no Brasil, sendo que muitas destas mulheres de baixa renda que trabalham na informalidade

dade são beneficiadas por este programa, e que na maioria dos casos, é o que garante o sustento de muitas famílias.

Existem alguns artigos e incisos da Lei que estão ligados diretamente as situações destas mulheres de baixa renda, podendo beneficiá-las, como transcrito abaixo:

Art. 2º Fica instituído o Programa Auxílio Brasil, no âmbito do Ministério da Cidadania, executado por meio da integração e da articulação de políticas, de programas e de ações direcionadas:

[...]

II - à transferência direta e indireta de renda;

§ 1º São objetivos do Programa Auxílio Brasil:

I - promover a cidadania com garantia de renda e apoiar, por meio dos benefícios e serviços ofertados pelo Suas, a articulação de políticas direcionadas aos beneficiários, com vistas à superação das vulnerabilidades sociais das famílias;

II - reduzir as situações de pobreza e de extrema pobreza das famílias beneficiárias;

V - ampliar a oferta do atendimento das crianças em creches;

VI - estimular crianças, adolescentes e jovens a terem desempenho científico e tecnológico de excelência; e

VII - estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, principalmente por meio:

a) da inserção dos adolescentes maiores de 16 (dezesseis) anos, dos jovens e dos adultos no mercado de trabalho;

b) da integração das políticas sócio assistenciais com as políticas de promoção à inclusão produtiva; e

c) do incentivo ao empreendedorismo, ao microcrédito e à inserção no mercado de trabalho formal (BRASIL, 2021, s.p).

O Auxílio Brasil integra, em apenas um programa, várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda, além de garantir uma renda básica a essas famílias. O programa busca sim-

plificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social.

De acordo com o Projeto de Lei 2315/22, a partir de janeiro de 2023, o valor mínimo para o benefício mensal pago a famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica pelo Programa Auxílio Brasil será de R\$ 600, com opção de acréscimo em caso de filhos pequenos. Além disso, ele passará a ser chamado Programa Mais Bolsa Família.

Análise dos direitos e garantias

A Constituição Federal, CF/1988, o artigo 5º ressalta que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988, s.p).

O princípio da dignidade humana ressalva:

Art. 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 2º Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (BRASIL, 1988, s.p).

Esta legislação nos faz refletir sobre a falta de igualdades em face das mulheres de baixa renda no Brasil, a falta de ações que as auxiliem,

tanto do órgão público como privado, que garantam a inserção e manutenção da sobrevivência destas mulheres, no mercado de trabalho.

É fundamental que a administração municipal participe de programas realizados associações comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) e outras organizações do terceiro setor com iniciativas voltadas para o desenvolvimento das mulheres de baixa renda.

Necessário também focar na valorização das mulheres, já que ela, por vezes, exerce as mesmas funções dos homens, mas acaba ganhando um salário inferior ao deles, porém, essa é uma realidade que vem mudando ano após ano em decorrência das mulheres brasileiras saírem da zona de conforto e irem à busca da profissionalização.

Binômio: necessidade e oportunidade / vantagens e desvantagens

Quando se fala sobre o trabalho feminino na informalidade, sabe-se que a razão deste fato pode ser econômica, sociais e psicológicas, dependendo da necessidade de cada uma.

A motivação está intimamente relacionada com as necessidades pessoais. Assim as necessidades direcionam o comportamento daqueles que procuram satisfazer carências pessoais. Tudo que leva a satisfação dessas necessidades motiva o comportamento, isto é, provoca as atitudes das pessoas (CHIAVENATO, 2007, p. 172).

A necessidade de cada mulher altera-se com o passar do tempo, bem como suas motivações e atitudes. As mulheres tem no trabalho informal como única saída de sobrevivência, sustento e obtenção de renda, precisa de apoio e capacitação, fazendo com que elas busquem qualquer informação ou ajuda possível.

O lado positivo é que muitas mulheres, mesmo que com dificuldade, encaram o trabalho que realizam, seja qual for, como oportunidade

de crescimento na vida pessoal, e de melhorias financeiras que beneficiará toda sua família.

Apesar das vantagens imensamente relevantes para as mulheres objeto deste estudo, atuando na informalidade, tais como: ter maior flexibilidade no horário, poder praticar seus afazeres no próprio lar, garantindo sua renda, e ao mesmo tempo cuidando dos filhos e das atividades domésticas, existem também as desvantagens, tais como: o não recolhimento da previdência social (INSS), e não possuir nenhum tipo de benefícios trabalhistas, como férias e 13º salário, por exemplo.

Saindo da informalidade e tornando-se um empreendedor individual

Uma das maneiras de auxiliar estas trabalhadoras a sair da informalidade são: orientações e políticas públicas voltadas a regularização das atividades econômicas informais, como por exemplo orientar o trabalhador a abrir um MEI (Microempreendedor Individual), para formalizar seu pequeno negócio (SILVA, 2016).

A Lei Complementar n. 128 de 19 de dezembro de 2008, estabeleceu:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Pode-

res Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (BRASIL, 2008, s.p).

A formalização do MEI pode ser realizada pela própria internet e deve atender alguns requisitos tais como: ter uma renda bruta de até R\$ 81 mil, o que corresponde a aproximadamente R\$ 6,7 mil mensais, ter somente um empregado registrado, ser maior de 18 anos, entre outros.

No Brasil, tem-se o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que apesar de ser uma entidade privada é muito conhecida por promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro pequenas empresas. O SEBRAE possui parcerias com setor públicos e privados para auxiliar estes pequenos empreendedores, com programa de capacitação, acesso ao crédito e inovação entre outros benefícios (SEBRAE, 2022).

Considerações

Conclui-se com o trabalho que mulheres de baixa renda passam por muitas dificuldades, incluindo desigualdade, exclusão, precariedade e informalidade (PERES, 2015). Diante de um quadro de constantes desregulamentações trabalhistas, precarização, exploração e perda de direitos, o desemprego crescente, a necessidade cuidar dos filhos, obrigam a mulher a buscar novas formas de sobrevivência no sistema capitalista, por vias do trabalho informal.

Mesmo assim, muitas mulheres encontram no trabalho informal um meio subsistência, não existindo dúvidas da capacidade, e da força de vontade destas mulheres, de trabalharem para sustentar seus filhos, mesmo tendo que cumular com outras funções, como por exemplo o tra-

balho doméstico. Elas encaram como oportunidade, independente de quaisquer obstáculos que tenham que enfrentar.

Muitas mulheres trabalham dentro da própria casa, para complementar a renda familiar, tendo uma jornada dupla, mas facilitando o cuidado com o lar e com os filhos. Mesmo que estas mulheres fossem todas consideradas atuantes no empreendedorismo informal, teriam impactos em suas vidas, as vantagens permaneciam praticamente as mesmas das que atuam na informalidade, como a autonomia, mas existem as desvantagens como a falta de direitos trabalhistas e de recolhimento previdenciário (INSS).

Ressalta-se que esta prática na informalidade, também impactam negativamente o Governo, que deixará de arrecadar com os impostos ligados ao exercício da atividade informal.

Por fim, conclui-se que a decisão de permanecer no trabalho informal por parte destas mulheres, depende da necessidade e da oportunidade dado a elas, seja por empresas privadas, bem como pela administração pública.

Referências

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, p. 335-351, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Lei nº. 14.284 de 29 de dezembro de 2021. **Programa Auxílio Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm> Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº. 128 de 19 de dezembro de 2008. **MEI** (Micro Empreendedor Individual). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm> Acesso em: 12 set. 2022.

BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 93-123, 2009.

CARDOSO, A. M. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Editora FGV, 2013.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FEIJÓ, J. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. **Portal FGV**, 2022.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Informalidade entre as mulheres é muito maior, diz pesquisador da Pnud**. 2022a. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/11/4961404-informalidade-entre-as-mulheres-e-muito-maior-do-que-entre-os-homens-diz-fgv.html>> Acesso em: 08 set. 2022.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **A participação das mulheres negras no mercado de trabalho**. 2022b. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>> Acesso em: 08 set. 2022.

HIRATA, H. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 26, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. **IBGE vê recorde de informalidade como característica estrutural do mercado de trabalho. Número de trabalhadores informais atingiu 39,129**

milhões de pessoas. 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/30/ibge-ve-recorde-de-informalidade-como-caracteristica-estrutural-do-mercado-de-trabalho.ghtml>> Acesso em: 08 set. 2022.

JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. O trabalho informal no município de São Paulo. In: JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (Orgs.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 7-10.

LIMA, E. J. **COMÉRCIO INFORMAL:** um estudo sobre possíveis contribuições na Economia e na Renda Familiar. João Pessoa, 2017.

LIMA, J. C. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social:** 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2013.

LIMA, T. C; MIOTO, R. C. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis.** Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007.

MARQUES, L. *et al.* **Informalidade: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 138**, de 1973. Convenção sobre a idade mínima para admissão. Disponível em: <<https://bit.ly/2zdrWrF>>. Acesso em: 5 set. 2022.

PERES, T. B. Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, p. 270-289, 2015.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1995. disponível em: <<https://www.oas>

org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

SEBRAE. **Indicadores Empreendedorismo**. 2022. Disponível em: <http://sistema.datasebrae.com.br/sites/novo_datasebrae/#Empreendedores> Acesso em: 11 set. 2022.

SILVA, L. C. **Empreender no Brasil**: da necessidade ao sonho: fatores históricos, políticos, econômicos e sociais. Brasília, 2016.

SILVA, S. T. Condições de vida e trabalho de mulheres chefes de família. **Manduarisawa**, v. 5, n. 1, p. 194-210, 2021.

O Impacto do Programa Escola 5.0 no desenvolvimento regional da cidade de Itapevi-SP

*Welliton José da Silva⁸
Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira⁹*

Resumo: Este artigo tem como objetivo verificar a estrutura do programa Escola 5.0, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico da cidade de Itapevi-SP e o impacto na inserção do aluno no mercado de trabalho. Em primeiro momento, visou entender as características do programa e as parcerias estabelecidas para realização do seu escopo. A posteriori, tentou entender se os cursos de qualificação operacionalizado pelo “Escola 5.0”, são profícuos na geração de empregabilidade dos alunos participantes. Metodologicamente, a pesquisa se amparou em dados oficiais tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e na própria base de dados disponibilizada pelos gestores do programa. Isto posto, a pesquisa aventou avanços na construção de políticas públicas de qualificação/requalificação dos alunos, entretanto, demonstrou uma falha sistêmica para gerenciar e a verificação da efetivação do objetivo do programa pós qualificação.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Itapevi; Qualificação Profissional; Ensino Profissionalizante; Empregabilidade.

8 Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU- SP) especialista em Gestão Pública , Gestão Escolar, Gestão de Pessoas) e Graduado em Pedagogia (PUC- SP) E-mail: welljs85@gmail.com.

9 Doutor em Engenharia Aeronáutica e Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). E-mail: edsonaaqo@gmail.com.

Introdução

A inserção no mercado de trabalho da população brasileira de faixa etária economicamente ativa é um dos principais axiomas enfrentados pelo Estado brasileiro na atualidade. Se de um lado há uma transição feroz cada vez mais consolidada de novas formas de acumulação de riqueza pelo capital moderno/financeiro exigindo-se a operacionalização de novas tecnologias de gerenciamento de dados, por outro lado, configura-se uma trincheira exorbitante de pessoas que vivem à margem do mercado de trabalho por não terem educação/qualificação suficiente.

O axioma supracitado é tão importante que se encontra vinculado dispersamente em vários textos legais, especificamente, nas expressões sobre educação profissional. A própria Constituição Federal de 1988, coloca em seu Art. 213, a obrigatoriedade de o Estado fomentar este tipo de educação, por meio de repasses financeiros a entidades que operacionalizem a educação profissionalizante (BRASIL, 1988).

Nesta toada, torna-se necessário descrever, brevemente, as características desse tipo de Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, especificamente, no seu Art. 39, coloca que a Educação Profissional é considerada como modalidade de ensino, ligada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e tecnologia, fomentando o desenvolvimento de aptidões pessoais, profissionais e para a vida produtiva e inserção no mercado de trabalho. Isto posto, evidencia-se que a contribuição desta modalidade de educação é significativa para o desenvolvimento cultural, social e econômico do País, facultando ao estudante a possibilidade de intervir e transformar a sua própria realidade (BRASIL, 1996).

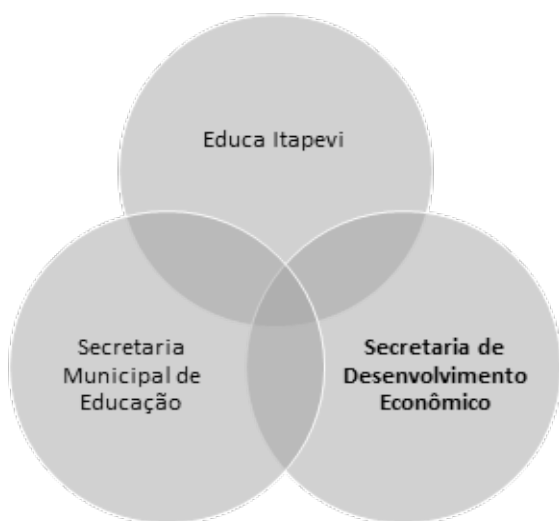
Entendendo especificamente a configuração dessa modalidade de Educação, figura-se claramente a primazia que a Educação Profissional como Política Pública deve ter perante ao Poder Público, denotando, consubstancialmente, a importância deste estudo.

Voltando-se ao objeto de estudo, a Escola 5.0, vale descrever brevemente as características e a sua inserção como Política Pública no âmbito do município de Itapevi-SP, o qual se coaduna com o objetivo deste artigo, que é entender como o respectivo programa impacta no desenvolvimento regional da cidade de Itapevi.

O Programa Escola 5.0 faz parte do planejamento estratégico da administração pública municipal, que por meio do macro programa “Educa Itapevi” em uma ação conjunta com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria Municipal de Educação, estabeleceu uma série de metas programáticas, até 2040, que visa, essencialmente, tornar Itapevi, até o ano supracitado, referência nacional em educação, conforme exposto na Figura 1.

O Programa iniciou as suas atividades em novembro de 2020, em que por meio da consecução de parcerias com o Instituto Eurofarma, Senai e o programa estadual “Novotec”, oferece cursos de idiomas e inserção tecnológica, para mais variadas faixa-etárias (14 a 89 anos).

Figura 1 – Diagrama “ Programa Escola 5.0”



Fonte: Elaborado pelos autores

O Quadro 1 apresenta os cursos ofertados na Escola 5.0 e suas devidas descrições.

Quadro 1 – Informações sobre os cursos ofertados na Escola 5.0

Curso	Objetivo do Curso	Carga Horária	Requisitos
Atendimento ao Público	Dicas de como atender ao cliente de forma efetiva e eficaz, como fidelizar o cliente, como trabalhar com queixas e reclamações e entre outros.	8 horas/ aulas 2x por semana durante 2 semanas	A partir dos 14 anos
Auxiliar de Almoxarife	O Curso de Qualificação Profissional ALMOXARIFE tem por objetivo o desenvolvimento de competências relativas ao cuidado e zelo pelos materiais armazenados, aplicando ferramentas para controle e distribuição dos materiais O curso será ministrado pelo SENAI em Itapevi.	160 horas Duração de 4 meses Período matutino	Ser aluno ou ter concluído os estudos em escola pública e ter idade entre 18 e 29 anos. É necessário ter, no mínimo, 18 anos completos até janeiro e ter concluído a 6ª série do Ensino Fundamental.
Auxiliar de Logística	Dados não fornecidos		
Computação na Nuvem	Dados não fornecidos		
Comunicação Eficaz	Aborda conteúdos gramáticas que auxilia na boa escrita e comunicação. Dicas de como elaborar e-mails, bilhetes, redações, conversas, atendimento telefônico, como se comunicar melhor, elaboração de e-mails, nova reforma ortográfica	20 horas/ aulas 2x por semana durante 4 semanas	A partir dos 14 anos

Curso	Objetivo do Curso	Carga Horária	Requisitos
Design Gráfico	O curso tem como objetivo desenvolver competências relativas ao tratamento, edição, ajustes e retoques de imagens digitais através de ferramentas de desenhos, filtros, efeitos de camada, técnicas de fusão de imagens e procedimentos para salvar arquivos, além de promover o desenvolvimento de competências vinculadas à manipulação de arquivos vetoriais e redesenho de logotipos, ilustrações vetoriais e imagens bitmap através dos programas Photoshop e CorelDraw. O curso será ministrado pelo SENAI em ITAPEVI.	102 horas Duração de 4 meses Período matutino ou vespertino	Alunos de escolas públicas entre 14 e 18 anos. Será necessário comprovar conhecimentos e experiências anteriores referentes à Informática Básica adquiridos em outros cursos, no trabalho ou em outros meios informais.
Ética no Ambiente de Trabalho e Inteligência Emocional	Aborda questões sobre ética profissional, Inteligência Emocional, análise de personalidades e comportamentos das pessoas, ajudando a se conhecer melhor e se desenvolver profissionalmente de forma harmônica	8 horas/ aulas 2x por semana durante 2 semanas	A partir dos 14 anos
Excel Básico	Preparar o aluno para utilizar sistemas operacionais e os recursos do editor de planilha eletrônica (Microsoft Excel). Proporcionar condições para que o aluno possa utilizar aplicativos na elaboração de planilhas eletrônicas.	90 horas/ aula	Ensino Fundamental completo
Excel Avançado	Dados não fornecidos		

Curso	Objetivo do Curso	Carga Horária	Requisitos
Inglês Básico	Curso bem dinâmico, vocabulário e gramática interage com o conteúdo dividido por temas relacionados ao cotidiano, como por exemplo situações relacionadas dentro de um aeroporto, num ponto de ônibus, num restaurante, numa loja, em casa com a família e entre outros.	32 horas/ aulas 2x por semana durante 2 meses	A partir dos 14 anos
Inspetor de Qualidade	O curso tem como objetivo o desenvolvimento de competências para controlar medidas de peças de acordo com projeto, utilizando instrumentos de medição e seguindo normas técnica, do meio ambiente, saúde e segurança. O curso será ministrado pelo SENAI em Itapevi.	168 horas Duração de 4 meses Período vespertino	Alunos ou jovens formados em escolas públicas, entre 18 e 45 anos. Ser aluno ou ter concluído os estudos em escola pública e ter idade entre 18 e 45 anos.
Introdução à Robótica	Dados não fornecidos		
Link de Informática	O curso tem como objetivo o desenvolvimento de competências relativas à compreensão de: terminologia básica de informática e seu significado na concepção de sistemas computadorizados; elementos físicos do sistema (hardware) em função de sua utilização no tratamento da informação; suportes de programação (software) na concepção de ferramentas de apoio no ambiente profissional; diferentes aplicativos em função de necessidades. O curso será ministrado pelo SENAI em ITAPEVI.	102 horas Duração de 4 meses Período matutino ou vespertino	Ser aluno de escola pública e ter idade entre 14 e 18 anos.
Marketing Digital	Dados não fornecidos		
Moda e Design	Dados não fornecidos		

Curso	Objetivo do Curso	Carga Horária	Requisitos
Prática de Gestão de Pessoas	Dados não fornecidos		
Trabalho em Equipe (Programa meu emprego)	Programa que visa preparar e orientar o jovem para o mercado de trabalho e primeiro emprego. Aborda temas relacionados ao autoconhecimento, habilidades, competências, qualificação profissional, técnicas da procura de emprego, planejamento financeiro, trabalho por conta própria, ajuda a enfrentar os desafios da entrevista e aumentar a autoestima de todos. Orienta e prepara também trabalhadores desempregados a enfrentar os desafios dos processos seletivos, aumentando suas chances de encontrar a colocação desejada junto ao mercado de trabalho.	32 horas/ aulas 2x por semana durante 4 semanas	A partir dos 16 anos
Técnicas Administrativas	O curso tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades comportamentais, atitudinais e éticas, além da promoção de competências que permitam o apoio nas rotinas administrativas das empresas. Curso será ministrado pelo SENAI em Itapevi.	102 horas Duração de 4 meses Período matutino ou vespertino	Ser aluno de escola pública e ter idade entre 14 e 18 anos.
Técnicas de Vendas	Dados não fornecidos		

Fonte: Prefeitura Municipal de Itapevi (2023)

Como exposto acima, pode-se notar que programa Escola 5.0 oferece uma variedade de cursos de tecnologia e de inserção empregatícia. Isto posto, no próximo tópico abordar-se por qual razão a Administração Pública de Itapevi desenvolve uma Política Pública com estas características acima citadas e o fundamento teórico de nossa pesquisa.

Fundamentação teórica

Entender a justificativa da execução do “Escola 5.0” é importante para a construção da fundamentação teórica. Uma das premissas que justifica a Administração Pública de Itapevi em executar esse programa é a possibilidade de melhor equalizar a distribuição de renda entre os habitantes da cidade, que apesar de apresentar, relativamente, um bom desempenho econômico - 74^a (septuagésimo quarto) em relação 645 municípios do Estado de São Paulo, em termos de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ocupa, sofrivelmente, a 345^a (tricentésima quadragésima quinta) posição.

Em outras palavras, a produção de riquezas econômicas não se traduz na melhoria da qualidade de vida da população em geral e nem qualificação e inserção da população economia ativa (dos 15 aos 69 anos de idade) no mercado de trabalho. Isto em números representa que de 140.978 pessoas, conforme o nosso recorte, apenas 36.275, se encontram empregadas, em números redondos, apenas 39% da população desenvolve alguma atividade econômica, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE CIDADES, 2022).

Outro dado importante é próprio nível de educação formal que os moradores de Itapevi possuem. De acordo com os dados do IBGE cidades (2022), Itapevi apresenta um desempenho pequeno, que se traduz em panorama geral, em um Índice de Desenvolvimento de Educação Básica - IDEB de 4,9; nos anos finais do Ensino Fundamental, sendo classificado na 576^a (quingentésima septuagésima sexta) posição em relação aos 645 municípios do Estado de São Paulo. A nível Brasil, a situação se mostra ainda mais preocupante, dos 5570 municípios que constituem a federação brasileira, Itapevi se classifica em 4193^a (quatro milésima centésima nonagésima terceira) posição.

Portanto, revigora que a grande maioria dos moradores de Itapevi não dispõem de capital cognitivo e/ou educacional para operacionali-

zar as vertentes informacionais que o capitalismo neoliberal baliza, seja pela exigência de domínio das novas tecnologias computacionais e/ou seja pelo desenvolvimento de um pensamento que consiga gerenciar esse novo modelo de produção de riqueza. Partindo deste ponto, a colocação de Furtado (2003) é pontual. O autor diz que ...

[...] o desenvolvimento, além de ser o fenômeno de aumento de produtividade do fator trabalho, é um processo de adaptação das estruturas sociais a um horizonte em expansão de possibilidades abertas ao homem. As duas dimensões do desenvolvimento – a econômica e a cultural- não podem ser captadas senão em conjunto (FURTADO, 2003, p.101, grifo nosso).

Essa afirmação de Furtado (2003) se demonstra bastante pertinente ao contexto de pesquisa realizado neste artigo, pois, em síntese, visualiza que o fomento do desenvolvimento regional passa por uma construção de uma identidade cultural que permita que ele se realize, ou seja, é preciso uma ação em diversas frentes (educação, cultural, distribuição de renda, políticas fiscais e entre outros), pelo poder público e pela comunidade local para que haja uma melhora nos índices de desenvolvimento daquela região.

Isto posto, a existência do “Programa Escola 5.0” é de fundamental importância, pois como mencionado por Furtado (2018) ...

[...] a transversalidade das políticas enfocadas em públicos específicos é um dos pontos que devem ser levados em consideração para o alcance dos resultados das ações... (FURTADO, 2018 *apud* BLAKA; VARGAS; MARCHESAN, 2022, p. 8)

[...] sob a égide de políticas públicas e da gestão governamental, mobilizaram, explícita ou implicitamente, princípios que caracterizam o modelo de gestão pós-burocrático – vide a orientação para o desempenho no setor público (um constructo deveras multidimensional) – e os pressupostos do paradigma da governança pública sob a matriz do “Estado-rede”: uma contiguidade entre o Poder Público e a sociedade civil (BLAKA; VARGAS; MARCHESAN, 2022, p. 4).

Enfim, como já mencionado anteriormente, é necessária uma confluência de forças para que um município prospere. Ainda dentro desta mesma linha de raciocínio, Figueiredo (2009 *apud* LIMA, 2013) explica que as políticas públicas devem ser concebidas e implementadas a partir de um “[...] quadro estratégico de prospecção com base em um determinado território, com níveis desiguais de participação dos atores regionais e locais” (FIGUEIREDO, 2009 *apud* LIMA, 2013, p. 3).

Em outras palavras, ele assevera que é necessário um diagnóstico pela administração e atores locais para que haja a construção de políticas públicas mais efetivas, e que seja correspondente com a realidade local onde elas serão inseridas.

Em suma, a elevação da qualidade de vida dos habitantes e o desenvolvimento econômico de um determinado município é um movimento complexo, o qual só pode ser enveredado por uma ação que envolva um diagnóstico preciso do poder público e os atores locais envolvidos, e um planejamento estratégico, que permita que ele realmente se realize de maneira contínua e com estabilidade consignado pelas características de “holisticidade¹⁰”.

Após esse sucinto embasamento teórico, passar-se-á, no próximo tópico, à análise dos procedimentos metodológicos e dos dados obtidos por meio da visita *in loco*, no dia 06 de setembro de 2022, em que foram realizadas as atividades do Programa Escola 5.0, do município de Itapevi-SP.

Metodologia

Após reflexão e a obtenção dos dados dos alunos participantes do Programa Escola 5.0, optou-se por um tipo de pesquisa descritiva quantitativa visando o entendimento e as características dos dados analisados.

A escolha deste tipo de pesquisa se justifica pela necessidade de se identificar as variáveis que compõem o foco da análise, ou seja, em pri-

¹⁰ Holisticidade – É um neologismo utilizado que o desenvolvimento de um município é uma ação complexa que envolve diversas frentes e as forças atuantes naquele território.

meio entender as características de qualificação/instrução dos alunos participantes do Programa Escola 5.0, e em segundo momento, entender as possíveis falhas do respectivo Programa, na efetivação da consecução do seu objetivo - preparação de jovens e adultos para o mercado de trabalho para áreas modernas e conectadas com a atualidade.

Quanto ao procedimento de coleta de dados, optou-se por um levantamento documental com base em dados oficiais tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e na própria base de dados disponibilizada pelos gestores do programa.

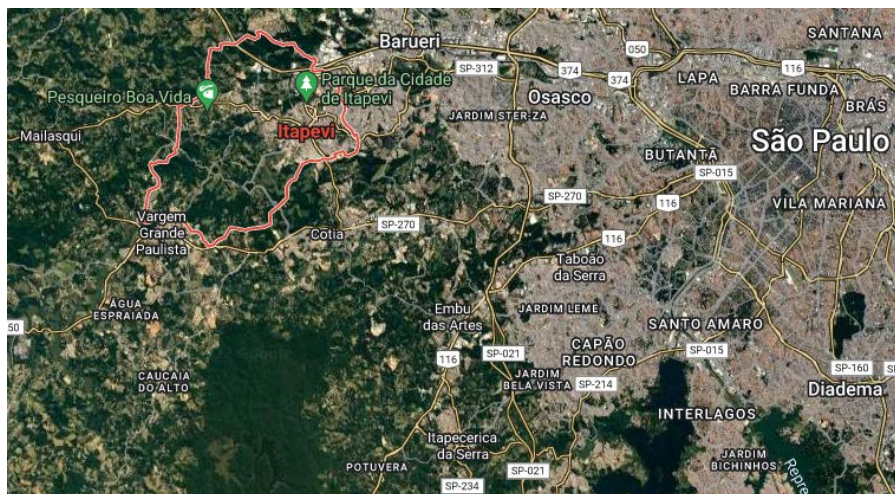
No que se refere a análise dos dados, utilizou-se o software Microsoft Excel® para a tabulação dos dados e elaboração dos gráficos de análise. Os dados foram analisados por meio de técnica de estatística descritiva como a frequência relativa dos dados.

Análise dos resultados

O Escola 5.0 é uma política pública de inserção e qualificação de jovens e adultos para o mercado de trabalho, operacionalizada por meio da administração pública municipal de Itapevi-SP.

Itapevi é um município da Microrregião de Osasco, conforme Figura 2. De acordo com os dados do IBGE cidades (2023), a área geográfica corresponde 82,658 km², com uma população estimada em 2021 de 244.131, habitantes, com um PIB, em 2019, per capita de R\$ 50.673,18. Além disso, a atividade econômica é bem diversificada desde indústrias na área de alimentos, remédios até galpões logísticos.

Figura 2 – Mapa de Itapevi



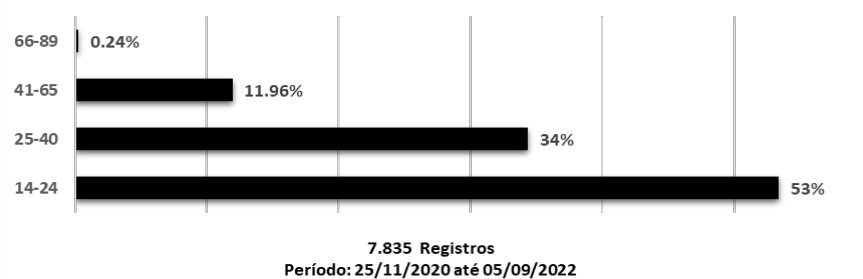
Fonte: IBGE cidades (2022)

Tendo em vista a diversidade atividade econômica de Itapevi, fica clara a relevância do Programa Escola 5.0, como instrumento de qualificação e geração de emprego.

Isto posto, a partir dos dados disponibilizados pelos gestores do programa, passa-se a análise documental, na qual se analisou 7.835 registros, de 25 de novembro de 2020 até 05 de setembro de 2022, dos alunos inscritos no respectivo programa, segue compilação os seguintes dados: faixa etária, gênero, cidade de origem do aluno, escolaridade, empregabilidade e matrículas dos cursos ofertados.

Ao analisar a faixa etária dos alunos que frequentam o Programa Escola 5.0, conforme destacado no Gráfico 1, observa-se que 53% estão entre 14 a 24 anos, seguido de 34% entre 25 a 40 anos, 11,96% entre 41 a 65 anos e, apenas, 0,24% estão na faixa de 66 a 89 anos.

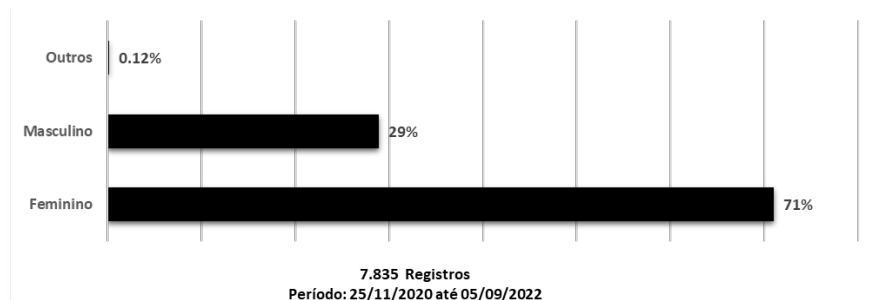
Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos que frequentam o Programa Escola 5.0



Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto ao gênero, observa-se uma predominância do gênero feminino com 71% dos alunos, 29% do gênero masculino e 0,12% declararam outros, conforme exposto no Gráfico 2.

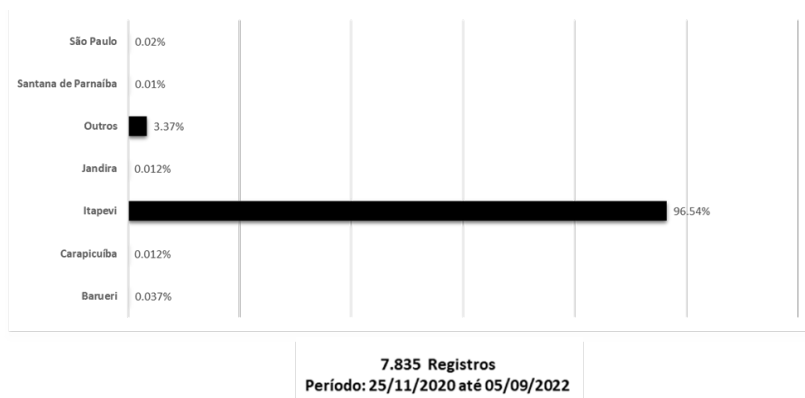
Gráfico 2 – Gênero dos alunos que frequentam o Programa Escola 5.0



Fonte: Elaborado pelos autores

Ao analisar a cidade de origem dos alunos que frequentam o Programa Escola 5.0, verificou-se no Gráfico 3, que 96,54% dos alunos residem em Itapevi. Entretanto, observa-se que o programa atingiu indivíduos fora do município, mas de cidades circunvizinhas, tais como: São Paulo, Santana de Paraíba, Jandira, Carapicuíba e Barueri.

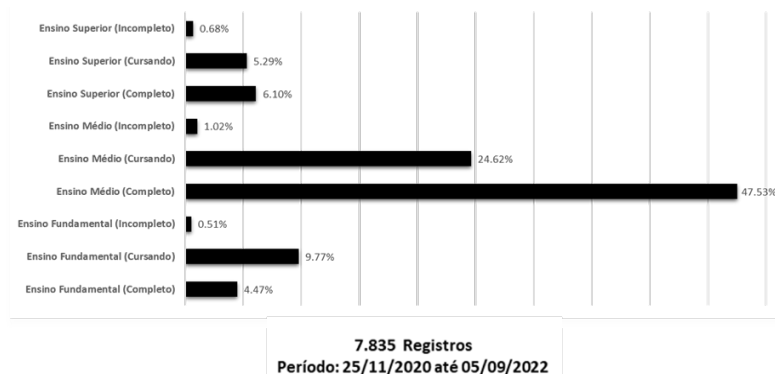
Gráfico 3 – Cidade de origem dos alunos que frequentam o Programa Escola 5.0



Fonte: Elaborado pelos autores

No que se refere ao grau de escolaridade dos alunos, conforme Gráfico 4, nota-se que 47,53% possuem ensino médio completo, seguido de 24,62% cursando o ensino médio, 9,77% estão cursando o ensino fundamental e 6,10% possuem ensino superior completo. Pode-se afirmar que o programa contempla alunos deste o curso fundamental até o ensino superior, deste modo, atingindo o principal objetivo do programa que é a inserção e qualificação de jovens e adultos para o mercado de trabalho.

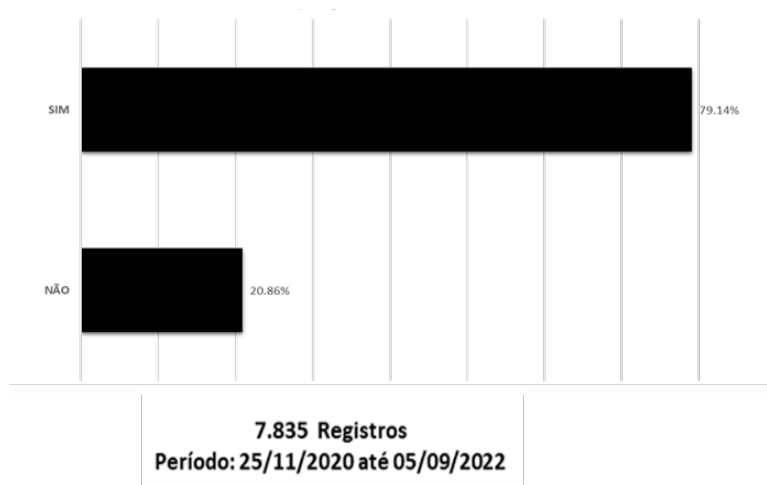
Gráfico 4 – Escolaridade dos alunos que frequentam o Programa Escola 5.0



Fonte: Elaborado pelos autores

Ao levantar os dados sobre a empregabilidade dos alunos do programa, verificou-se que 79,14% estão inseridos no mercado de trabalho e 20,86% não estão, conforme representado no Gráfico 5.

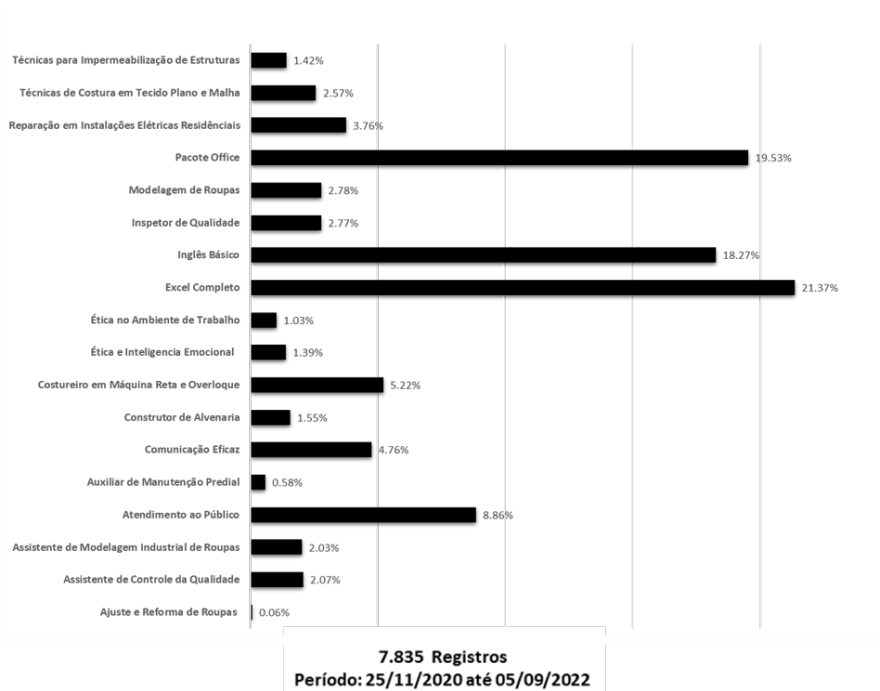
Gráfico 5 – Empregabilidade dos alunos que frequentam o Programa Escola 5.0



Fonte: Elaborado pelos autores

Por último analisou-se as matrículas dos cursos ofertados no Programa Escola 5.0 no período estudado, conforme Gráfico 6. Observa-se que os cursos que obtiveram o maior percentual de matrícula foram: Excel completo, pacote office e inglês básico.

Gráfico 6 – Matrículas dos cursos ofertados no Programa Escola 5.0



Fonte: Elaborado pelos autores

Após a referida compilação e análise de dados, alguns apontamentos são importantes de serem indicados. O primeiro ponto importante a se destacar que a questão da qualificação feminina é intensamente referendada, conforme dados expostos no Gráfico 1, indo ao encontro dos estudos realizados por Duarte *et al.* (2016).

Essa intensidade se justifica como argumenta Iasi (1991, p. 01) que ...

[...] a contemporaneidade trouxe consigo uma noção de igualdade formal entre homens e mulheres, no que tange aos salários, direitos sindicais e participação política. Isso pode deixar transparecer a ilusão de que a igualdade formal também se desenvolve de forma material (IASI, 1991, p. 01).

Neste contexto, essa reconfiguração reflete por uma busca maior pelo público feminino por uma qualificação e inserção no mercado de trabalho, ou seja, a busca material de igualdade com o sexo masculino.

Dentro do recorte faixa-etária proposto pelo Gráfico 2, fica evidente que a grande maioria dos alunos do Programa Escola 5.0 são jovens que ainda não estão preparados para a inserção no mercado de trabalho.

Esta vertente aponta para dois direcionamentos para a configuração desses dados, no primeiro direcionamento, talvez seja possível identificar uma falha da educação escolar que não consegue realizar o que está preconizado no § 2º, do Art.1º da LDB (Lei Federal 9.394/96), o qual vincula a educação escolar ao mundo do trabalho e a prática social.

Por outro lado, aponta para uma deficiência curricular preconizada pela não inserção de conteúdos transversais que permitam que esses jovens operacionalizem as competências cognitivas, tecnológicas e sociais exigidas pelo capitalismo “digital”, tais premissas são revigoradas pelo o que aponta o Gráfico 3, em que a maioria dos alunos do referido programa já concluíram o Ensino Médio.

Os respectivos apontamentos acabam corroborando o que é aventado no Gráfico 6, em que é possível notar que as maiores das procuras de cursos incidem sobre o Pacote Office, em especial o Excel, e nos cursos de idiomas. Enfim, o Programa Escola 5.0 evidencia as falhas estruturais de uma educação formal que não dialoga com a necessidade da sociedade atual, evidenciando, cabalmente, as falhas sistêmicas da educação escolar.

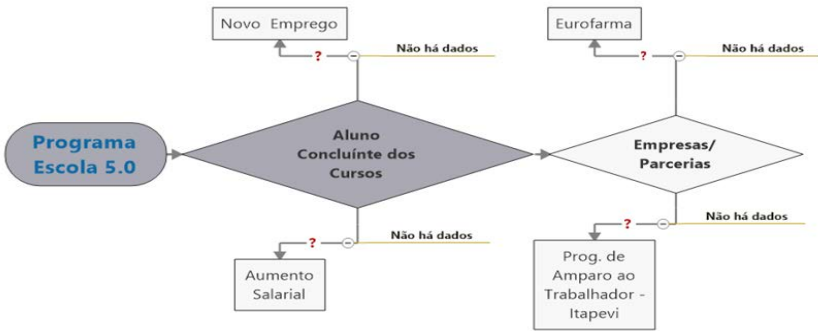
Considerações

O Programa “Escola 5.0” apresenta uma importante função para inserção dos jovens e adultos no mercado de trabalho, tendo em vista o preenchimento das falhas observadas da não inclusão da educação profissional no ensino médio. No entanto, os dados levantados apresentaram um lapso informacional, pois não há nenhuma informação oficial

disponibilizada pelos alunos concluintes ou pelas empresas parceiras que informe se os respectivos alunos conseguiram se inserirem no mercado de trabalho ou tiveram uma melhoria salarial.

Isto posto, fica evidente, que no ciclo da formulação de política pública, as fases mais negligenciadas são do “planejamento” e da “avaliação”, pois a não correção deste gargalo impede uma maior efetividade na execução do respectivo programa, conforme Figura 2. Por exemplo, com o acesso as informações negligenciadas, seria possível verificar quais cursos possibilitam uma maior inserção dos alunos no mercado do trabalho ou impactam no aumento de renda, ou ainda, fazer uma pesquisa entre as empresas do município sobre a demanda de vagas.

Figura 2 – Fluxograma de execução do Programa Escola 5.0



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapevi (2023)

Tendo em vista estes gargalos informacionais, tornam-se impossível aferir como uma determinada precisão, qual o impacto que o referido programa tem no desenvolvimento regional da cidade Itapevi-SP. Isto pode ser explicado, pois não há uma métrica, não há um indicador construído pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que permita

a aferição do impacto desta respectiva Política Pública. Enfim, é uma política executada “no escuro”.

Em outras palavras, o acesso a essas informações e sua respectiva categorização permitiria o refinamento desta política pública, causando um aumento considerável em sua efetividade e eficiência, portanto, em sua execução, o que, infelizmente, não é verificável no presente momento.

Referências

BLAKA, R. F. C.; VARGAS, L. P.; MARCHESAN, J. ENSINO PROFISSIONALIZANTE, Agenda 2030 e Desenvolvimento Regional: uma análise do município de Canoinhas-SC. **Educação em Revista**, v. 38, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. 1996.

CAVALCANTE, P. **Inovação e políticas**: superando o mito da ideia – Brasília: Ipea, 2019.

DUARTE, K. C. F. P. *et al.* Programa Mulheres Mil: Educação Profissional Destinada ao Gênero Feminino. **Itinerarius Reflectionis**, v. 12, n. 1, 2016.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Editora Record, 2003.

LIMA, M. J. G. A Gestão, Execução, Coordenação e Avaliação do Desenvolvimento Regional a partir de uma Tipologia de Políticas Públicas: uma aplicação para o Rio Grande do Sul. **VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2013.

FRIGOTTO, G. **Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios**. Essentia editoria, 2006.

IASI, M. L. **Olhar o mundo com olhos de mulher. Instituto Internacional de Investigação e Formação**. Amsterdã, Holanda, 1991.

IBGE CIDADES. **Dados Socioeconômicos de Itapevi**, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/itapevi.html>>. Acesso em: 10 set. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI. **Escola 5.0 - Tecnologia e Idiomas**. 2023. Disponível em: < <https://itapevi.sp.gov.br/escola-5-0/#tecnica-de-vendas>> Acesso em: 26 jun. 2023

Comunicação pública nas redes sociais: o caso do perfil do TRE-PR no TikTok

Rebeca Moreira Barbosa¹¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender e analisar a comunicação pública realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná por meio das redes sociais, com foco específico no TikTok, sob a perspectiva da comunicação pública. A pesquisa aborda a teoria da comunicação pública e examina o histórico de interações realizadas pelo órgão nas redes sociais. Utilizando uma revisão bibliográfica, análise de conteúdo das postagens do perfil do órgão e entrevistas com os responsáveis pela administração do perfil. Este estudo explora a efetividade e eficácia da comunicação pública quando adota abordagens inovadoras e abertas à interação com os cidadãos. Considerando o crescimento do aplicativo TikTok no momento em que o artigo foi elaborado, o estudo permite uma compreensão mais aprofundada do público, do órgão e da relação entre eles.

Palavras-chave: Comunicação Pública; Redes Sociais; TikTok; TRE-PR.

11 Especialista em Ciência Política Contemporânea (FESPSP) e Graduada em Publicidade e Propaganda (FOC). E-mail: beex1993@gmail.com.

Introdução

O uso da internet como fonte de informação e educação tornou-se comum na vida dos brasileiros. As redes sociais funcionam como um ponto de encontro entre emissores de mensagens e receptores, facilitando o diálogo e a interação entre os indivíduos, tornando a comunicação mais dinâmica e participativa (RECUERO, 2009).

O relatório publicado pelo *We Are Social e Hootsuite*, no início de 2021, revela que as redes sociais no Brasil tiveram um crescimento de 7,1% no número de usuários, totalizando mais de 10 milhões de usuários em várias plataformas. Entre os usuários, a faixa etária de 18 a 34 anos apresentou maior adesão. Além das plataformas consolidadas como Facebook, YouTube, Instagram e Twitter, a novata TikTok ocupou a sétima posição no relatório (WE ARE SOCIAL, 2021).

Diante desse contexto e da presença evidente de jovens nas redes sociais, essas plataformas podem ser um espaço eficaz para a disseminação de mensagens e o envolvimento dos jovens em temas políticos. Além disso, contribuem para ampliar a literatura sobre o uso das redes sociais em estratégias de comunicação pública direcionadas a um público específico. De acordo com uma pesquisa Datafolha de 2018, 29% dos jovens entrevistados demonstraram muito interesse ou algum interesse em participar das eleições.

Este artigo, elaborado por meio de revisão bibliográfica, informações provenientes dos canais oficiais da instituição e análise de conteúdo das postagens do órgão, concentra-se no uso das redes sociais como forma efetiva de comunicação pública e facilitador da compreensão sobre as relações entre instituições públicas e cidadãos. O objetivo geral é esclarecer o envolvimento de organizações públicas, especificamente o caso do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), nas plataformas de redes sociais, especialmente no aplicativo TikTok. O artigo está

dividido em três partes: fundamentação teórica, importância das redes sociais e a análise da utilização do TikTok pelo órgão.

De acordo com a SensorTower, no primeiro trimestre de 2020, o TikTok ampliou ainda mais sua popularidade, ultrapassando a marca de 2 bilhões de downloads totais. Um dos motivos citados no relatório foi a pandemia global da Covid-19, que resultou em um aumento no uso de telefones celulares por pessoas que aderiram às medidas de distanciamento social (KLEINA, 2020, p. 22).

Os esforços de comunicação do TRE-PR, voltados para os jovens por meio de uma plataforma de mídia social que oferece diversas ferramentas de fácil utilização, como áudios, vídeos e fotos, contribuem para a popularização e dinamização de temas que são universalmente relevantes no cotidiano das pessoas. Essa abordagem demonstra ser uma maneira eficaz de captar a atenção dos jovens, pois a estrutura da plataforma incorpora elementos como persistência, organização, negociação de turnos de fala, reciprocidade e identificação de parceiros de conversa (RECUERO, 2009).

No primeiro trimestre de 2020, de acordo com a SensorTower, o TikTok ampliou ainda mais a popularidade e ultrapassou a marca de 2 bilhões de downloads totais. Um dos motivos listados pelo relatório é a pandemia da Covid-19¹², que ampliou o tempo de uso do celular pelo consumidor global que cumpriu as normas de isolamento social. (KLEINA, 2020, p. 22)

Os esforços de comunicação do TRE-PR, voltados para os jovens por meio de uma plataforma de mídia social que oferece diversas ferramentas de fácil utilização, como áudios, vídeos e fotos, contribuem para

12 “Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus (Coe/Covid-19) foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China. Os primeiros coronavírus humanos foram identificados em meados da década de 1960. A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus.” Fonte: <http://www.saude.pa.gov.br/sobre-coronavirus/> acessado em 13/07/2021

a popularização e dinamização de temas que são universalmente relevantes no cotidiano das pessoas. Essa abordagem demonstra ser uma maneira eficaz de captar a atenção dos jovens, pois a estrutura da plataforma incorpora elementos como persistência, organização, negociação de turnos de fala, reciprocidade e identificação de parceiros de conversa (RECUERO, 2009).

Fundamentação teórica da comunicação pública no Brasil

A comunicação pública, no Brasil, passou por vários momentos. De ferramenta estatal para promoção e propaganda governamental, passando pela posição de órgão controlador e sensor de informações. Chegando no momento atual, em que se torna a ferramenta essencial para o controle social, a transparência das ações do governo, a informação e a educação da sociedade (DUARTE, 2007).

Nobre (2013) resgata o conceito de público, que se parte do suposto de que, desde o centro da instituição esteja de potencial equivalente de comunicação até o ator periférico da sociedade. Relembrando assim de que todas as partes desta rede precisam falar a mesma língua se serem capazes de chegarem a uma conclusão juntos.

Assim como destaca Lévy (1999, p.10) “o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem. Neste contexto, a sociedade precisa adaptar para atingir o objetivo da Comunicação Pública.

De acordo como Coelho e Paulino (2020), o objetivo da Comunicação Pública é informar, escutar, considerar a relação social com os cidadãos, estabelecer diálogos, promover o debate público e a prestação de serviços, estabelecendo-se como um espaço de discussão pública e tomada de decisões.

Como a desinformação acerca do funcionamento desta etapa do processo em que exercer o maior direito civil – o voto – pode ser beneficiada pela Comunicação Pública é o um dos pilares deste artigo. Uma tática para informar e educar parte da população jovem do Brasil é o uso das redes sociais.

A comunicação pública busca envolver os atores na construção de políticas públicas, e deve estar pautada em assuntos de interesse público, segundo Damasceno e Farias (2021), visando assim a participação popular de todas as camadas da sociedade.

A história do TikTok

Com a intenção de criar um ambiente educativo, o aplicativo Musical.ly foi lançado em agosto de 2016, chegando ao topo do ranking de downloads em 30 países. Em 2017, o aplicativo é adquirido pela chinesa ByteDance que, em 2018, anunciou seu encerramento e a transferência de todo seu conteúdo e perfis para um aplicativo novo, o TikTok.

O aplicativo possuía funcionalidades parecidas com aplicativo chamado Vine, extinto em 2017, o que o fez herdar usuários da plataforma descontinuada (KLEINA, 2020). Vale ressaltar que o App Vine era um aplicativo da Twitter Inc. e alcançou o ápice em agosto de 2014, quando 3,6% dos usuários de Android nos Estados Unidos usavam o aplicativo pelo menos uma vez por mês, segundo a empresa de análise de dados Park Data (2021).

Em termos de funcionamento, o TikTok é uma rede social de publicação e consumo de vídeos de curta duração, normalmente acompanhados de uma música de fundo — selecionada em uma ferramenta interna da própria plataforma durante a publicação — e edições com base em filtros pré-definidos pela plataforma ou personalizados (WANG; GU; WANG, 2019). Qualquer pessoa com uma conta pode publicar clipes entre 15 e 60 segundos, sendo o conteúdo um arquivo previamente salvo na galeria do celular ou captu-

rado na hora usando a câmera do dispositivo. O conteúdo é acompanhado de uma descrição curta em texto, que inclui o uso de hashtags (#) que catalogam o clipe em determinadas seleções, de acordo com o assunto tratado. Ao atingir 1.000 seguidores, qualquer usuário ganha a permissão de realizar transmissões ao vivo, com o conteúdo salvo posteriormente no perfil (KLEINA, 2020, p. 22).

No relatório de 2021, a *We Are Social*, traz a informação de 60% dos usuários do TikTok estão na faixa etária entre 18 a 34 anos. O consumo de informações pela internet é feito majoritariamente via mobile, o que facilita o acesso do TikTok, já que o aplicativo é visualmente pensado para essa resolução (WE ARE SOCIAL, 2021).

O TRE-PR e sua presença nas redes sociais

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE_PR), regulamentado pela Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que instituiu o Código Eleitoral, é um dos órgãos da Justiça eleitoral do estado do Paraná. O presidente atual, Desembargador Tito Campos de Paula e vice-presidente Desembargador Vitor Roberto Silva. A diretoria conta com mais 12 lideranças no organograma.

A instituição tem como missão “garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia. A visão institucional é “consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança, em todas as suas atividades” (TRE-PR, 2021, s.p). Em 2022, o estado do Paraná conta com cerca de 8.152.710 eleitores, dentre eles, 32% de 18 a 34 anos, que de acordo com a *We are social* (2021), são os mais ativos nas redes sociais.

Segundo Damasceno e Farias (2021), a última pesquisa do Data Senado aponta que 74% dos brasileiros têm ou já tiveram uma rede social, tais como: Facebook, WhatsApp, Instagram ou Twitter. Um número expressivo, ainda mais quando confrontado aos dados do Instituto Bra-

sileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, que indica que dois terços da população do país (69,8%) possuem conexão com a internet.

Descrita em link no site, o TRE possui uma política de atuação e de uso das redes sociais. “Cumprindo sua missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, e a fim de fortalecer a democracia, o TRE-PR utiliza este espaço para informar e fomentar a cidadania e a participação popular” (TRE-PR, 2021, s.p).

A política descrita deixa bem claro sobre os procedimentos de moderação de interação entre os usuários e quanto a responsabilidade delas nas políticas de uso de cada rede. Também veda a propaganda de marcas comerciais e apologia a práticas ilícitas. Informa também quanto ao uso destas redes para fins de Ouvidoria e Imprensa, direcionando os questionamentos destas categorias aos canais específicos.

A política de atuação nas redes sociais descreve a utilização de diversas plataformas de publicação de conteúdo. Dentre elas:

- **Instagram** (<https://www.instagram.com/treparana/>): a conta do órgão possui 7.947 seguidores e suas 2.426 publicações no *feed*, divulgando ações desenvolvidas pelo TSE, informações sobre prazos, documentação e dúvidas frequentes dos usuários. O órgão utiliza também a função *stories* para divulgar ações do TSE e de outras entidades, entrevistas de autoridades. Já a função IGTV é utilizada para vídeos de 1 minutos a 60 minutos.
- **Facebook** (<https://www.facebook.com/treparana>): o conteúdo do Facebook é parecido com o do Instagram, porém o perfil é mais focado na interação por meio de mensagens e encaminhamento de e-mails. A conta possui mais de 10 mil seguidores. A ferramenta também é utilizada para a transmissão de lives de interesse público. A moderação da página tem como regra a resposta de mensagens diretas e comentários em 48 horas úteis.

- **Twitter** (<https://twitter.com/treparana>): criado em março de 2010, o perfil conta com 489 seguidores, e tem como objetivo se comunicar com agências de notícias, imprensa, políticos e outros órgãos públicos.
- **Flickr** (<https://www.flickr.com/people/tre-pr/>): criado em janeiro de 2019, com 862 mil visualizações em suas mais de 6 mil fotos, tem por objetivo a divulgação da cobertura fotográfica completa de eventos promovidos nas dependências do TRE-PR.
- **SoundCloud** (<https://soundcloud.com/treparana>): com 20 faixas de áudio produzidas pela coordenadoria de comunicação social, o perfil agrega coberturas jornalísticas e depoimentos de porta-vozes e autoridades.
- **LinkedIn** (<https://www.linkedin.com/company/tribunal-regional-eleitoral-do-paran%C3%A1-tre-pr/>): o órgão possui 26 funcionários com perfil cadastrado na rede e 98 seguidores, dentre eles, magistrados e colaboradores. A intenção com o perfil é passar informações relativos ao público profissional da área.

Metodologia

Este artigo tem como abordagem metodológica uma pesquisa qualitativa e descritiva com base em dados documentais provenientes dos canais oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Para Flick (2004), o método de pesquisa qualitativo permite descrever como algo se desenvolve e se modifica, com seus processos, suas causas e suas consequências.

Como procedimento de análise de dados, utilizou-se a análise de conteúdo das postagens do órgão, concentrando-se no uso das redes sociais como forma efetiva de comunicação pública e facilitador da compreensão sobre as relações entre instituições públicas e cidadãos. Utili-

zou-se também a entrevista individual e em profundidade como coleta de dados.

Bardin (2009, p, 44) define a técnica de análise de conteúdo como ...

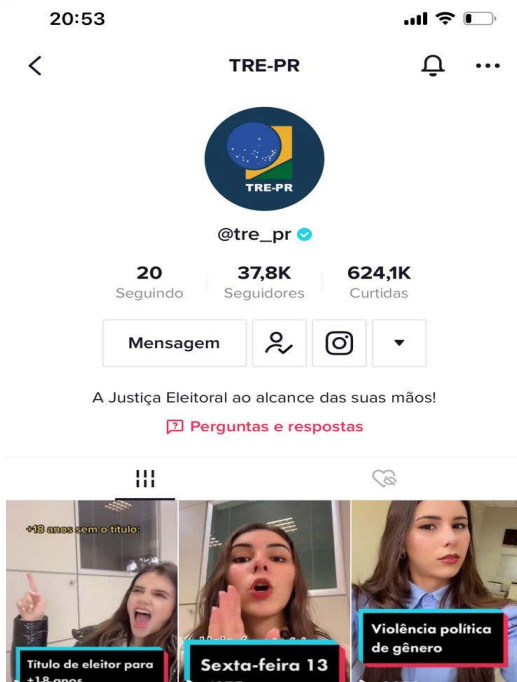
[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

Análise dos resultados

Parte deste artigo aborda a análise de conteúdo seguindo os preceitos de Bauer (2007) e Bardin (2009), com o objetivo de sistematizar as principais informações transmitidas nos vídeos publicados pelo órgão no aplicativo. Além disso, inclui uma entrevista com o responsável pelo gerenciamento do perfil no aplicativo.

Desde o lançamento do seu primeiro vídeo, em 22 de outubro de 2020, o perfil institucional conta com 26,6 mil seguidores e acumula 416,2 mil curtidas em suas publicações. A descrição do perfil carrega o *slogan* da Justiça Eleitoral: “A Justiça Eleitoral ao alcance das suas mãos!”

Figura 1 – Captura da Tela do Perfil do TER-PR no Tiktok



Fonte: TRE-PR

Para a constituição do *corpus* deste estudo, foi realizada a coleta de dados de todos os vídeos publicados no perfil da instituição, totalizando 100 vídeos, desde a sua criação em 20 de outubro de 2020 até 24 de junho de 2021. A coleta dos dados e do conteúdo dos vídeos foi feita manualmente no dia 24 de junho de 2021.

Parte deste artigo inclui uma entrevista semiestruturada realizada com o responsável pelo perfil no TikTok do TRE-PR, Ribeiro Filho, por meio de comunicação via e-mail. A entrevista foi conduzida com perguntas abertas, permitindo interpretação e respostas livres. As seguintes questões foram abordadas: 1) Quando o perfil foi criado? 2) Quem são os responsáveis? 3) Quais as motivações para a criação do perfil? 4) Como são selecionados e roteirizados os vídeos? 5) Quem aparece nos vídeos? 6)

Qual a preocupação com os comentários e suas respostas? 7) A aceitação do perfil sempre foi boa dentro da instituição? E fora dela? 8) A ferramenta é considerada eficiente para a sua proposta? 9) Quais são os principais objetivos do perfil? 10) Houve algum tipo de capacitação dos criadores de conteúdo do órgão? Essas perguntas têm o objetivo de obter insights sobre o funcionamento e a estratégia por trás do perfil do TRE-PR no TikTok.

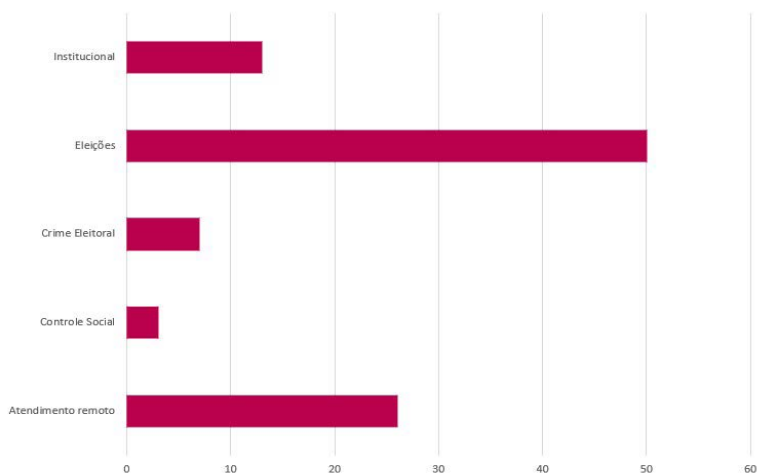
As categorias utilizadas para a análise do conteúdo podem ser definidas com base nos objetivos informativos e nos temas abordados. Diante das várias pautas possíveis dentro da Justiça Eleitoral, destaca-se os principais pontos de atuação do TRE-PR. As categorias identificadas são as seguintes: 1) Atendimento remoto, 2) Controle Social, 3) Crime Eleitoral, 4) Eleições e 5) Institucional.

As categorias foram estabelecidas com base nas competências e necessidades informacionais do Tribunal e elaboradas a partir da proximidade entre as informações. A princípio cada clipe recebeu um título com base no roteiro e assunto apresentado, com base neste título, por proximidade (BAUER, 2007) de palavras chave, foram instaladas as categorias. Posteriormente foram catalogadas as quantidades de curtidas, comentários e visualizações de cada um dos cliques.

- **Atendimento Remoto:** esta categoria engloba os vídeos que tratam dos serviços que podem ser realizados de forma remota, como tutoriais de utilização do Título Net, do aplicativo e-Título e do portal institucional.
- **Controle Social:** essa categoria compreende os vídeos feitos para orientar a ação dos cidadãos no controle social e na participação política fora de períodos eleitorais.
- **Crime eleitoral:** essa categoria abrange os vídeos responsáveis por informar sobre crimes eleitorais, como fotos da urna em período de votação, boca de urna e também orienta sobre o sigilo do voto.

- **Eleições:** essa categoria compreende todos os vídeos que abordam desde orientação ao sai da votação, alistamento eleitoral, situação eleitoral e o trabalho voluntário de mesário. Institucional: Essa categoria compreende os vídeos sobre horários de funcionamento, responsabilidades da instituição e também o serviço “Gralha Confere”¹³.

Gráfico 1 – Postagens de cada categoria no perfil do TRE-PR



Fonte: Elaborado pela autora

Segundo o entrevistado, ‘o objetivo principal é garantir o acesso à informação ao público jovem. Além disso, engajar o jovem eleitor nos temas relacionados à democracia e ao estado democrático de direito’.

A maior incidência de pauta nos vídeos, é sobre eleições e atendimento remoto. Pautas sobre o uso de máscara e protocolos de segurança sanitária durante as votações e informações acerca das seguranças e

13 Gralha confere é um projeto oficial da Justiça Eleitoral paranaense, conduzido por magistrados e servidores concursados, em parceria com diversas instituições públicas e privadas do Estado. As checagens, restritas a conteúdos relacionados ao processo eleitoral, à segurança do voto eletrônico e à legitimidade da Justiça Eleitoral, baseiam-se em dados oficiais e em informações fornecidas pelo Conselho Editorial e Consultivo, formado pelos gestores da instituição.

procedimentos adotados pelos mesários voluntários. Essas pautas também são as que possuem maior número de visualizações e interações na rede, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Interações e visualizações dos vídeos postados pelo TRE-PR

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Visualizações	878	1.500.000	750.439	749.561
Curtidas	17	168.100	84.059	84.042
Comentários	0	3.540	1.770	1.770

Fonte: Elaborado pela autora

Alguns dos índices de sucesso de cada perfil na plataforma são as curtidas e os comentários, o dos vídeos postados pelo TRE-PR, com cerca de 1.500.00 visualizações, 168.100 curtidas e 3.540 comentários, trata-se justamente de Atendimento Remoto e como solicitar remotamente seu título de eleitor. Dentre os comentários, se destacam as dúvidas e elogios, que são prontamente respondidos pela equipe responsável.

A crescente popularidade do TikTok, inclusive no Brasil, alavanca a rede social como um potencial ferramenta política em períodos eleitorais futuros, como as eleições presidenciais de 2022, além de ser uma possível plataforma de discussão de temas sensíveis ou de divulgação de campanhas de mobilização social. Porém, vale ressaltar que o serviço ainda carece de estudos mais aprofundados a respeito da eficácia desses debates e da intenção de instituições e políticos de utilizarem o TikTok como uma de suas ferramentas de divulgação e interação (KLEINA, 2020, p. 31).

Figura 2 – Captura de tela do vídeo mais visualizado e alguns comentários



Fonte: Elaborada pela autora

Outro fator determinante para o sucesso das postagens é a interação do administrador do perfil, pois a cada resposta dada a questão enviada pelos seguidores, o número de comentários sobe, o que aumenta exponencialmente os números de comentários.

Deve-se levar em consideração o momento histórico, a pandemia do coronavírus fez com que o atendimento do órgão precisasse se adequar a novas formas de atendimento e funcionamento de procedimentos já estabelecidos, como a organização das eleições, o alistamento eleitoral e os assuntos institucionais.

Considerações

Seguindo o conceito de comunicação pública abordado no início deste artigo, a eficácia é atingida quando os cidadãos são capazes de entender e contribuir com a administração pública, seus deveres e direitos. Levando a informação de forma compreensível, didática e homogênea a linguagem de uma ferramenta utilizada para entretenimento, a democracia brasileira tende a evoluir de acordo com as necessidades existentes.

Adequando a linguagem e estilo jovial dos usuários da rede em ascensão, o TRE_PR capta a essência da mensagem que querem transmitir e a transforma num post orgânico da plataforma. Utilizando ferramentas como áudios, filtros e desafios propostos na rede, o órgão consegue a audiência do usuário falando sua própria língua, um dos grandes desafios da comunicação pública.

Com perfil elaborado em 2020, o TRE-PR vem alcançando espaço na plataforma no segmento institucional, sendo precursores do poder público no Tiktok o perfil conta agora com perfis de órgãos federais como a Câmara dos Deputados e o Tribunal Superior Eleitoral como companheiros na criação de conteúdo para a plataforma.

Expondo os dados e análises deste artigo, restrito a um momento específico da história em que a relação digital entre as pessoas foi mais constante que a presencial, ressalta-se que tanto a democracia quanto as redes sociais são voláteis e mutáveis. Neste momento, a rede social abordada neste trabalho está em processo de ascensão, podendo se tornar obsoleta à medida que outras redes se tornem mais acessadas.

Referências

ANDERSON, Katie Elson. Getting acquainted with social networks and apps: it is time to talk about TikTok. **Library hi tech news**, v. 37, n. 4, p. 7-12, 2020.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. ed. rev. e atual. **Lisboa: Edições**, v. 70, 2009.

BARROS, Antônio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum. Comunicação Pública e liberdade de informação: condições básicas para mídias legislativas. **ENCONTRO DA COMPOLITICA**, v. 4, 2011.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In. BAUER, WM; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**, p. 189-217, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

COELHO, Jairo Faria Guedes; PAULINO, Fernando Oliveira. Ombudsman e Comunicação Pública: a atuação da Ouvidoria da EBC nos seus primeiros 10 anos de existência. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 9, n. 1, 2020.

DAMASCENO, Marcelo Simões; DE FARIAS, Luiz Alberto Bezerra. A comunicação pública digital da Câmara Municipal de Itapevi no Facebook e as possibilidades de letramento político. **Revista Internacional de Relações Públicas**, v. 11, n. 22, p. 219-240, 2021.

DUARTE, J Instrumento de Comunicação Pública. In: Duarte Jorge (org). **Comunicação pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Artmed editora, 2004.

KLEINA, Nilton Cesar Monastier. Hora do TikTok: análise exploratória do potencial político da rede no Brasil. **Revista UNINTER de Comunicação**, v. 8, n. 15, p. 18-34, 2020.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia: razões da revolta**. Editora Companhia das Letras, 2013.

PARK DATA. **Do furor ao encerramento: a fugaz história do Vine**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/28/tecnologia/1477665362_504859.html> Acesso em 13 jul. 2021

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ (TRE-PR). **Competência**. Disponível em: <<https://www.tre-pr.jus.br/o-tre/conheca-o-tre-pr/competencia-e-responsabilidades>> Acesso em 16 jul. 2021

WE ARE SOCIAL. **Special Report – Digital 2021**. Disponível em: <<https://wearesocial.com/digital-2021>> Acesso em: 09 jul. 2021

Aspectos do desenvolvimento regional dos municípios: o caso do polo industrial de Itapevi

Renato Souza Santos¹⁴

Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira¹⁵

Resumo: Este trabalho tem como objetivo avaliar os impactos das ações advindas da implantação do polo industrial de Itapevi – SP. Deste modo, a pesquisa tem o intuito de evidenciar o risco de alavancagem de um polo industrial, bem como os impactos nos indicadores econômicos e sociais. Para tanto, os procedimentos metodológicos se deram por meio de um estudo bibliográfico e documental com uma abordagem qualitativa. Com base na análise dos dados, foi possível observar os impactos no desenvolvimento local resultantes da implantação do polo industrial na cidade. Verificou-se também que o equilíbrio de um desenvolvimento é fundamental para o crescimento da cidade, sendo focado em todos os fatores importantes para evolução local como: planejamento urbano, habitação, impactos de moradias e entre outros.

Palavras-chave: Polo Industrial; Desenvolvimento Local; Crescimento da Cidade; Itapevi-São Paulo.

14 Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional (Universidade de Taubaté - UNITAU), especialista em Ciência Política Contemporânea (FESPSP), Graduado em Administração e Gestão Pública (Uninter). E-mail: renato.santos@unitau.br.

15 Doutor em Engenharia Aeronáutica e Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). E-mail: edsonaaqo@gmail.com.

Introdução

Como obstáculo ao desenvolvimento, há momentos, em que iniciativas importantes, como políticas de desenvolvimento regional e políticas industriais, são deixadas de lado, mas há outros motivos preponderantes em que eventual abundância de iniciativas são repensadas e implementadas, trazendo consigo diversos desafios.

A ilustrar, viu-se que a cidade de Itapevi alcançou na pesquisa sobre as melhores cidades para fazer negócio, realizada pela *Urban Systems* (2021), a 6ª posição em Indústria e 12ª posição em comércio no país. Neste contexto, dezenas de empresas se instalaram ou ampliaram os negócios nos últimos anos na cidade.

Mas que desafios em particular podem ser notados neste momento da história da cidade elencada com relação a estas iniciativas? Um desafio que é peculiar é a necessidade de coordenação entre as iniciativas.

A coordenação se apresenta como um desafio, por conta da complexidade que se dá com o aumento da população, conexões e mecanismos que exigem uma aplicabilidade eficiente de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local.

Este cenário se mostra como uma espiral de movimentos mais sofisticados, valendo-se dos mecanismos de coordenação, com base no avanço da indústria. Se por um lado, o esforço dedicado demonstra resultados que levam a cidade ao caminho certo para desenvolver a economia e qualidade de vida local, por outro tem muito trabalho para que a busca por desburocratizar e incentivar novas empresas a se instalem no município seja mais efetiva.

Itapevi - SP é uma cidade que tem buscado diversas formas de incentivo ao avanço industrial, por meio de operações de incentivo programáticos como o Investe Itapevi, benefício que concede até 10 anos de isenção de IPTU para os investidores, isenção de ISS de obra para construção e instalação de novas empresas e ampliação de unidades já

existentes, com o apoio do poder público municipal, além de cursos em parceria com o Sebrae, com a finalidade de melhoria da performance empresarial no que diz respeito ao conhecimento de gestão (PREFEITURA DE ITAPEVI, 2014).

Mas mesmo com as tantas ferramentas que tem utilizado, com a meta de avançar ainda mais no ranking das cidades com o setor industrial e comercial mais elevado, Itapevi tem o grande desafio de determinar variáveis que indiquem o aumento efetivo de controle da qualidade municipal, no que se refere à produção e ao propósito de reduzir falhas no que tange ao objetivo de empregabilidade, diminuindo assim o impacto recente causado pela pandemia de Covid-19, e que levou ao setor industrial da cidade a perder destaque devido ao isolamento social no número de empregos.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho é analisar os possíveis impactos no desenvolvimento local resultantes da implantação do polo industrial na cidade de Itapevi – SP. Especificamente nortearam o estudo, discussões sobre as implicações do polo industrial na esfera urbana e, a partir de uma análise da literatura, buscou-se comparar a realidade atual de outras regiões que receberam polos industriais procurando mensurar os impactos de sua implantação, contemplando aspectos do Desenvolvimento Regional em fatores como: habitação, planejamento urbano, programas de qualificação, e entre outros.

Diante disto, tem o intuito de apontar os resultados das influências das indústrias na geração de emprego em termos qualitativos e em dados pontualmente quantitativos do município de Itapevi - SP.

Fundamentação teórica e empírica

Em termos empíricos, as atividades tecnológicas e produtivas criam e também incentivam produções voltadas a novos serviços, o que por consequência aquece o setor industrial (GODOY, 2022).

Conectando especialização e produtividade com as aglomerações urbanas, a economias locais tendem a se desenvolver, trazendo um entendimento de que o polo industrial é um estabelecimento ou conjunto de indústrias ao redor de aglomerações urbanas, conceituando uma visão mais ampla e trazendo princípios modernos de desenvolvimento regional, estes como o conceituado por Thirlwall e Pacheco-Lópes (2017), Nery (2011), Wilmsmeier e Monios (2011), e entre outros autores que foram fonte de referência para este estudo.

Polo industrial e as bases conceituais

Amparando-se nos mais diversificados critérios de localidade, segundo Lima e Simões (2009), a instalação de um polo industrial é muito abrangente. Para Nery e Mendes (2004), o conceito de polo industrial foi desenvolvido por François Perroux (1967), autor da teoria dos polos industriais de crescimento, em que ele fala das facilidades das indústrias se estabelecerem no entorno de aglomerações urbanas importantes ou onde houvesse acesso a grandes fontes de matérias primas.

Em complemento a essa teoria, pode-se entender que o polo industrial, sob a ótica do estabelecimento das indústrias ao redor de aglomerações urbanas, caracteriza um polo industrial em qualquer ajuntamento de indústrias em torno de uma comunidade. O conceito de polo industrial com uma visão mais ampla, traz princípios modernos de desenvolvimento regional.

Ao analisar a importância industrial, pressupõe-se que os setores da economia não são iguais, sendo o crescimento mais dependente da expansão dos setores com atributos mais favoráveis à expansão do produto/renda (THIRLWALL, 2005). Nessa visão, o desenvolvimento local ou regional é impactado pelo surgimento e funcionamento dos polos industriais que acabam por promover outros atores neste processo de desenvolvimento (COUTINHO, 2015).

O polo industrial arranjado e estruturado com empresas que trabalham e produzem o mesmo produto, resulta em maior desenvolvimento e fortalecimento deste segmento. Segundo Igliori (2001 *apud* OLIVEIRA, 2007) a formação de um polo industrial busca critérios voltados à produção e lucro empresarial. Esses aspectos quando geram resultados positivos tendem à decisão pela aglomeração. A escolha de um espaço onde se estabelecerá o polo é fundamental, pois as conduções das operações são impactadas diretamente pela localização (MOREIRA, 2008).

No que diz respeito ainda à formação de um polo industrial em economias em desenvolvimento, como é o caso de Itapevi – SP, de uma maneira geral envolve-se maior participação dos serviços tradicionais, como empregar mão de obra menos qualificada, visando ao baixo conteúdo tecnológico, levando à técnica e ao tipo de mão de obra empregadas nas atividades de serviços diferenciados de economias mais robustas e seus níveis de desenvolvimento (CARDOSO; PEROBELL, 2014).

Metodologia

Com a finalidade de acompanhar a evolução do polo industrial do município de Itapevi - SP, principalmente no que se refere à geração de empregos no processo de desenvolvimento socioeconômico, este estudo utilizou-se como método de pesquisa a qualitativa e descritiva.

Quanto ao procedimento de coleta de dados, procedeu-se um levantamento bibliográfico sobre a temática principal deste estudo nas principais base de dados como scielo, google acadêmico e periódico da CAPES e levantamento documental na base de dados da Prefeitura Municipal de Itapevi – SP. É importante destacar que os dados são públicos.

No que se refere a análise de dados, utilizou-se para este estudo técnica qualitativa com base na análise descritiva dos dados e uso de imagens fotográficas para exemplificar os fatos.

Análise dos resultados

estudo de caso: o município de Itapevi - SP

O município de Itapevi - SP, seus aspectos histórico, geográfico e de infraestrutura, partindo da contextualização dos dados coletados no IBGE cidades (2023). A Figura 1 mostra um panorama da cidade.

Figura 1 – Vista panorâmica do município de Itapevi
(Região Cohab-Centro - Itapevi)



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapevi (2023)

Breve histórico do município de Itapevi - SP

A cidade de Itapevi, como antigo bairro integrante de Cotia, teve sua formação a partir de uma família conhecida na região, os Abreu:

Antiga parte integrante da cidade de Cotia, o então bairro de Itapevi, começou sua formação por volta de 1850 com a chegada da primeira família, os Abreu.

Em 1940 chegava em Itapevi o empresário Carlos de Castro que adquiriu de Joaquim Nunes uma grande gleba de terra, o que originou o loteamento do Parque Suburbano e Jardim Bela Vista. Foi a partir daí que se acelerou o desenvolvi-

mento do local. Em 1945, Carlos de Castro conseguiu com o então ministro Cardoso João Alberto que a estação de trem tivesse seu nome alterado para Itapevi (antiga estação Cotia), trazendo com isso festa e grandes perspectivas para a população local.

Com espírito emancipacionista presente por toda região, integrantes da sociedade da época iniciaram o movimento de autonomia, fazendo a população se empenhar em massa no processo. Seus idealizadores eram homens como o próprio Carlos de Castro, Américo Christianini, Cezário de Abreu, Bonifácio de Abreu, Rubens Carames, Raul Leonardo, José dos Santos Novaes e entre tantos outros. Itapevi hoje possui polos industriais, um deles em parceria com o município de Jandira; além também do polo de Ambuitá e do Itaquí. Já teve a fábrica de cimentos antiga no bairro do Santa Rita como principal indústria do município, porém hoje encontra-se desativada (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI, 2023, s.p).

Aspecto geográfico de Itapevi - SP

Itapevi – SP é um município limítrofe com os municípios de Araçatuba, Barueri, Cotia, Jandira e São Roque. É o último município da região metropolitana de São Paulo (Zona Oeste da Capital). Tem ligação com as rodovias Castello Branco, Raposo Tavares, além da Rodovia Engenheiro Rene Benedito da Silva que percorre até a Divisa com São Roque, cortando diversos bairros da cidade, como Vila Santa Rita, Vila Gioia, Amador Bueno, Jardim Cruzeiro, Alabama e Chácaras Monte Serrat.

De acordo com o IBGE, no censo populacional em 2010, Itapevi contava com uma população de 200.769 habitantes, e com uma população estimada em 2021 de 244.131 pessoas (IBGE CIDADES, 2022).

A geografia pode ser um grande constrangimento para o transporte no geral, e isso gera por consequência impactos negativos para o desenvolvimento econômico e também social do município.

A distância, divisões na topografia e limitações de um município elucidam a oferta de transportes e infraestrutura com capacidade e qualidade compatíveis com a natureza do que se pretende transportar. De acordo com Wilmsmeier e Monios (2015), para se superar a geografia, o transporte deve consumir espaço, minimizando custos com deslocamentos e também tempo para o transporte de mercadorias.

Nesse contexto de geografia, cabe mencionar que a infraestrutura é um elemento de integração de mercados e de organização das produções, pois na possibilidade de a região passar a desempenhar atividades econômicas antes incompatíveis entre escala e tamanho do mercado, gera diferenciação positiva nos locais que realizam investimentos em infraestruturas:

A realização de investimentos de infraestruturas gera economias de aglomeração e de urbanização, normalmente não generalizáveis dadas as características anteriormente descritas, o que torna determinados lugares mais aptos a receberem investimentos [...] (MACEDO; RAMOS, 2015, p. 2-3).

Repercussões decorrentes da implantação do polo de Itapevi - SP

Em uma cidade pequena a implantação de um polo industrial pode incorrer em benefícios para a população, trazendo impactos diretos para o desenvolvimento local. No caso do município de Itapevi - SP, há alguns fatores que servem de exemplo para essa temática, com destaque para os avanços na infraestrutura que trouxe facilidades de acesso às principais vias, como Castello Branco e Raposo Tavares que liga a cidade ao centro de São Paulo, e também a outro grande polo local, que é Barueri.

Pensando em um segundo momento sobre as vantagens imediatas da instalação de um polo industrial em uma localidade, deve-se considerar as exigências da instalação de produtivos empresariais que inviabilizam sua instalação na região, uma vez que tais exigências podem ser tão onerosas ao ponto de impactar o crescimento de uma cidade. Além disto,

há fatores que podem implicar em repercussões no desenvolvimento local, conforme discutido a seguir.

Favelização

A urbanização que desencadeia adventos industriais gera uma gama de problemas sociais e ainda, ambientais. A mazela do sistema capitalista de produção tem se mostrado efetivamente uma controvérsia no que diz respeito aos espaços urbanos, pois observa-se algumas áreas com infraestrutura adequada e muitos outros espaços com ausência total de provimento de serviços básicos pelo Poder Público para a sobrevivência. É crescente o número de pessoas que ocupam áreas impróprias para habitação, visto o menor custo para a sobrevivência, locais esses denominados de favelas.

Figura 2 – Vista de uma favela localizada no Jardim Rosemary (Favela do 13) – Itapevi-SP



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapevi (2023)

Como exemplo do conceito de favelização, associado ao processo de implantação de indústrias em uma determinada localidade, é apontado por Sampaio (2009):

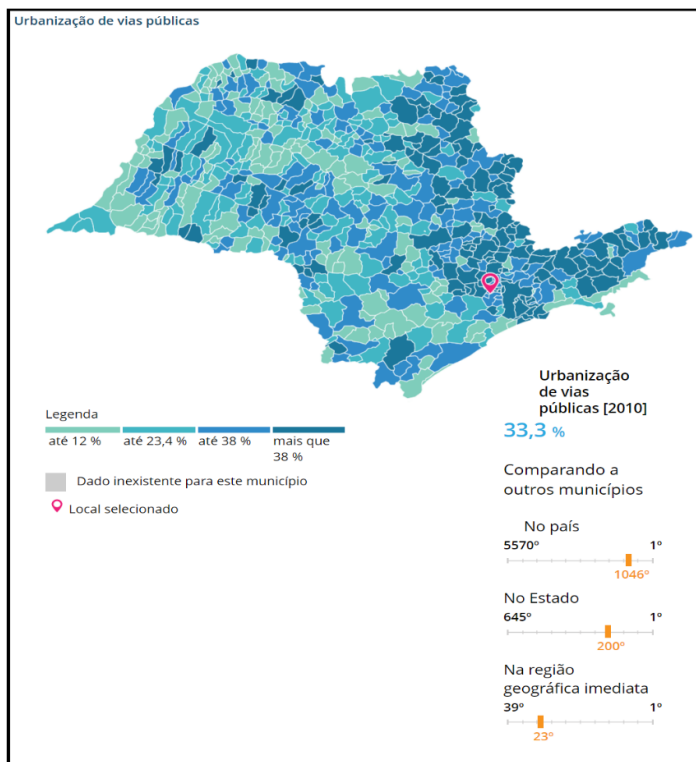
[...] Assim, a uma atividade industrial de característica tradicional, instalada em etapas diversas de industrialização e dominada por setores e ramos de bens de consumo não-duráveis veio se justapor (e com ela coexistir) um compartimento industrial mais moderno, formado por ramos e setores mais dinâmicos, o qual desencadeou uma nova fase no desenvolvimento de tais lugares, geradora de todo um cortejo de efeitos sociais, econômicos, urbanos e espaciais, positivos e negativos (urbanização acelerada, expansão desordenada dos espaços urbanos, migração cidade-campo e inter-regional, favelização, marginalização social etc.) [...] (SAMPAIO, 2009, p. 162).

Diante desse conceito, a favelização na cidade de Itapevi - SP, levando-se em conta o crescimento econômico local, é demonstrada como a principal consequência da industrialização na região.

O crescimento econômico da cidade em decorrência do crescimento industrial local, trouxe por consequência melhorias na infraestrutura, como a pavimentação de bairros mais afastados do centro, iluminação pública antes inexistente, água encanada em regiões periféricas, construções de diversos centros de lazer como areninhas e arenas de esporte em diversos bairros, e entre outros.

Tudo isso, acabou por influenciar a favelização diretamente, na esperança de que por se tratar de uma cidade que tem um polo com empresas importantes (Henkel, Cacau Show, Casa Suíça, Eurofarma, B2W Digital), gera-se a esperança de condições de emprego melhores e também de vida mais abrangente e com qualidade. Destaca-se a pesquisa que foi realizada pelo IBGE, em 2010, acerca do tema Território e Ambiente - Urbanização das vias públicas, do município de Itapevi - SP, elucidando alguns dados acerca da urbanização local (IBGE CIDADES, 2023).

Figura 3 – Levantamento IBGE sobre Urbanização de vias
Públicas – Itapevi-SP



Fonte: IBGE Cidades (2023)

Diante desses dados, pode-se concluir que no que se refere a urbanização de vias públicas, Itapevi - SP comparado a outros municípios do estado de São Paulo fica na posição 200º, o que indica uma média superior no que diz respeito à ocupação de locais com baixa condições de habitabilidade.

Nesse contexto, cabe destacar que as taxas de crescimento na localidade naturalmente elevam-se, e o que ocorre é que junto às indústrias o contingente de mão de obra que migra para a região gera implicações relativas ao endividamento da população e baixas condições de sobrevivência.

Liberdade tributária

Motivações ligadas às oportunidades para instalações de indústrias na cidade de Itapevi – SP proporcionadas pelo poder público, foi preponderante para que o crescimento do Polo Industrial ganhasse destaque.

As isenções de cargas tributárias e fiscais, juntamente com acordos como empréstimos públicos irrisórios, além da liberdade com remuneração de mão de obra mais barata possibilitaram esse crescimento. Um efeito adverso acerca dessa questão, é quando ocorre o encerramento do período de isenções fiscais acordados, que pode levar a transferência de algumas indústrias ou mesmo desativação de suas unidades.

Em Itapevi - SP, as operações de incentivo programáticos na área fiscal chama-se Investe Itapevi, benefício de concessão de até 10 anos de isenção de IPTU para os investidores, ISS isento de obra, para construção e instalação de novas empresas e ampliação das unidades já existentes, tudo com apoio do poder público municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI, 2014).

Diante dessas possibilidades, cria-se um ambiente propício para mobilização e consolidação do desenvolvimento local, agregando elementos produtivos de desenvolvimento como revitalização da cidade, implantação de políticas públicas de desenvolvimento que agreguem cooperação entre as empresas e a sociedade, maior participação da sociedade no contexto de fiscalização dos políticos locais e por fim melhorias no setor educacional e de saúde, cooperando com as atividades econômicas e sociais.

A política industrial de Itapevi e o desenvolvimento econômico

Na busca pelo desenvolvimento econômico local, meta que é uma constante dedicada por todas as cidades brasileiras, no contexto do sistema capitalista, destaca-se a igualdade dos parâmetros de países de-

envolvidos como Estados Unidos e Japão acerca do caminho da industrialização e capitalismo industrial. Embora a indústria local de Itapevi - SP é entendida como uma porção restringida pela falta de dinamismo dos setores de bens de capital (MELLO, 2006), a produção e inovação tecnológica contribuíram efetivamente para um desenvolvimento mais efetivo no que diz respeito à industrialização atrelado ao crescimento da atividade econômica.

Os modelos econômicos desenvolvimentistas atribuídos à atividade industrial, trazem uma função de concentração espacial e consequente desequilíbrio entre regiões, pois a implicância do planejamento de desenvolvimento econômico como reversão deste tipo de atividade econômica tende à necessidade de participação ativa das políticas públicas que buscam determinar as áreas prioritárias para aplicação do devido processo de crescimento local (MELLO, 2006).

Segundo as políticas keynesianas, o Estado tem como fundamental papel regulamentar determinar desequilíbrios da lógica capitalista, buscando equilibrar áreas de desenvolvimento mais adequadas aos avanços da cidade ou região. Na busca por distribuição de ganhos o capitalismo pode interpor meios de intensificação de ganhos na produção sem aumentar contratações, implicando em uma relação direta de amadurecimento de produção (MELLO, 2006).

Itapevi - SP é uma cidade onde o patrimônio industrial traz memórias de formação para o papel que hoje desempenha na economia da região. A partir da contribuição da Santa Rita S.A., antiga fábrica de cimento e que hoje encontra-se desativada complementa bem essa teoria.

A transformação do espaço que foi determinado pela empresa Santa Rita S.A., revela uma grande importância socioeconômica em Itapevi - SP. Esse começo da industrialização na cidade possibilitou maior disponibilidade de bens e serviços, inclusive na elevação da produção. Quando a empresa foi instalada, a cidade até então não tinha valor econômico ou mesmo políticas de desenvolvimento industrial bem elencadas, o que

permitiu que se iniciasse um processo mais intenso de industrialização e oportunidade de desenvolvimento econômico. Essas transformações da cidade foram publicadas pela revista Trama, que trata de Arquitetura e desenvolvimento de cidades:

[...] Foi a pioneira de grande porte no município de Itapevi, o que proporcionou um desenvolvimento econômico no sentido de geração de empregos e impulsionou o desenvolvimento urbano e social local. Por exemplo.: a própria vila operária e sua escola, deixa claro essa tendência desenvolvimentista do município e do local. Além de gerar empregos diretamente, gerou vários empregos indiretamente. Contribuiu para acelerar o fluxo de cargas vias férreas e rodoviárias o que contribuiu para alterar a paisagem local do espaço geográfico do bairro e da cidade como um todo, além de, ceder uma de suas áreas para o loteamento do bairro que se formava ao seu redor.

Ao criar infraestruturas diretamente e indiretamente no espaço, contribuiu com essas ações para a possível instalação de novas empresas, como por exemplo, a instalação do Frigorífico Itapevi e da fábrica Têxtil Kiriako, ambas localizadas na Rodovia Eng. René Benedito da Silva próximas da empresa Santa Rita [...] (TRAMA, 2006, s.p).

Além desses pontos que a empresa trouxe à cidade, essa instalação gerou impactos positivos, que como mencionado anteriormente, oportunizou desenvolvimento de estratégias para que novas empresas se instalassem na cidade, consolidando o grande polo industrial que hoje está integrado.

A memória que ficou a partir dessas conquistas, além da construção histórica importante para o município de Itapevi - SP, traz o engajamento das igualdades plenas conquistadas por meio delas. As Figuras 4, 5 e 6 trazem exemplos fotográficos das indústrias instaladas na cidade analisada.

Figura 4 – Vista da empresa de cimento Santa Rita S.A. – Itapevi-SP.
(Hoje desativada).



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapevi (2023)

Figura 5 – Vista panorâmica das duas maiores empresas do Polo Industrial de Itapevi (Eurofarma e Cacau-Show)



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapevi (2023)

Figura 6 – Vista panorâmica da região Industrial de ligação Jandira/Itapevi.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapevi (2023)

Considerações

Itapevi - SP é uma cidade em plenas condições de elaboração de um projeto de alavancagem da economia como aspecto de desenvolvimento regional, de modo que pode impactar positivamente em toda a região metropolitana de São Paulo, da qual faz parte.

Há dificuldades a serem contornadas e superadas, mas no que diz respeito às competências técnicas, há vantagens competitivas regionais que devem ser construídas e ampliadas a partir da síntese das políticas industriais coerentes e eficientes. A cidade pode ousar em grandes mudanças nesse setor da indústria, ponderando caso a caso no que diz respeito ao custo e alavancagem da mão de obra.

Sinalizando para os formuladores de oportunidades tecnológicas na área industrial, o ideal é saber aproveitar as oportunidades sem perder de vista a ajuda do poder público na promoção e construção dos

projetos desse ordenamento, Tomando por base programas citados anteriormente neste trabalho como o Investe Itapevi, que é um caminho de políticas públicas de crescimento bem elaborado pela cidade. Condições institucionais podem dar suporte nesse quesito, buscando trazer uma gestão macroeconômica precisa e compensatória dos problemas da idealização e implementação das diversas políticas.

Embora o conceito de desenvolvimento seja muito mais amplo do que o crescimento econômico, é um critério que foi observado nas condições socioeconômicas da população itapeviense. Nas pesquisas realizadas e demonstradas no decorrer do artigo, fazem compreender melhor essas melhorias no âmbito municipal, pois embora em parte foi observado que a favelização é um óbice ao crescimento industrial, o processo como um todo elevou o desenvolvimento além do econômico, o social e também cultural da cidade, por conta dos investimentos retratados que partiram do crescimento do polo industrial de Itapevi.

As medidas de desenvolvimento, para ser feita com base em valores culturais, sociais e psicológicos não é a mesma para todas as regiões. Nos estudos levantados, nos processos mais precisos de análise, as consequências do crescimento econômico, tomando como base referências culturais, dinâmica regional e processo político, traz segmentações de divisão do sistema de industrialização, ou mais precisamente, do sistema capitalista local.

Essas reflexões são apresentadas neste artigo como fundamento de análise que trouxe o êxito no processo de construção do polo industrial itapeviense e ampliação das atividades econômicas da cidade, o que expressou características de proximidade com a capital paulista, que é o local de maior industrialização do país. Essa expansão da atividade industrial de Itapevi, incorporou o desenvolvimento como um processo dinâmico entre regiões, o que serviu de condicionante para a inovação a partir de bases e competências locais.

Referências

CARDOSO, Verônica Lazarini; PEROBELL, Fernando Salgueiro. **A intensidade de serviços na economia brasileira: uma abordagem de insumo-produto**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2014.

COUTINHO, Ana Catarina Alves. **Políticas públicas, desenvolvimento local e participação social nas instâncias de governança associadas ao turismo no Rio Grande do Norte**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GODOY, Leonardo Rodrigues. **Direito ao Desenvolvimento: a inovação tecnológica e o desafio furtadiano**. Editora Dialética, 2022.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010.

IBGE CIDADES. **Itapevi**, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/itapevi>> Acesso em: 01 ago. 2023.

LIMA, ACC; SIMÕES, R. F. **Teorias do Desenvolvimento Regional e Suas Implicações de Políticas Econômica no Pós-Guerra: O caso Brasil**. Belo Horizonte. UFMG/Cedeplar, 2009.

NERY, Tiago. **A Economia do Desenvolvimento na América Latina: o pensamento da Cepal nos anos 1950-1990**. São Paulo: Caros Amigos, 2011.

NERY, Maria Goreth e Silva; MENDES, Auro Aparecido. O polo calçadista de Itapetinga (BA): um estudo das relações produtivas e dos aspectos políticos do espaço industrial. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; LOMBARDO, Magda Adelaide (org.). **Sociedade e natureza na visão da Geografia. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia — UNESP; Associação de Geografia Teorética - AGETEO**, 2004, 296 p

MACEDO, Fernando Cezar; RAMOS, Pedro. Formação, Expansão e Diversificação Econômica: Caso do Município Projetado de Sinop. **MT. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, v. 7, 2015.

MELLO, Maria Tereza Leopardi. Direito e economia em Weber. **Revista Direito GV**, v. 2, n. 2, p. 45-65, 2006.

MOREIRA, D. A. **Administração da Produção e Operações**. 2ª Edição, São Paulo, Cengage Learning, 2008.

OLIVEIRA, Aparecida de Araújo Querido. Resenha crítica, 2007. In: IGLIORI, Danilo Camargo. **Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2001. 147 p. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Danilo_Igliori/publication/35468895_Economia_dos_clusters_industriais_e_desenvolvimento/links/5513f18c0cf2eda0df3034f7.pdf> Acesso em 05 set. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI. **Notícias Itapevi, 2023**. Disponível em: <<https://noticias.itapevi.sp.gov.br/>> Acesso em: 01 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI. **Sobre Itapevi, 2014**. Disponível em: <<https://itapevi.sp.gov.br/sobre-itapevi/#-1545068626412-66732228-13a2>> Acesso em: 04 set. 2022.

SAMPAIO, Silvia Selingardi. **Indústria e território em São Paulo: a estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista: 1950-2005**. Alínea Editora, 2009.

THIRLWALL, Anthony P.; PACHECO-LÓPEZ, Penélope. **Economics of development: theory and evidence**. Bloomsbury Publishing, 2017.

THIRLWALL, A. P. **A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações**. Brasília: Ipea, 2005.

TRAMA, Revista. **Arquitetura. Vitruvius**, ano 06, fev. 2006. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/06.069/381>> Acesso em 02 set. 2022.

WILMSMEIER, Gordon; MONIOS, Jason. The production of capitalist “smooth” space in global port operations. **Journal of Transport Geography**, v. 47, p. 59-69, 2015.

Conexão parlamento: programa de qualificação para câmaras municipais de vereadores

*João Maria de Lima*¹⁶

*Jassio Pereira de Medeiros*¹⁷

Resumo: O objeto deste estudo é o programa Conexão Parlamento, desenvolvido pela Escola da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte. Deste modo, o presente artigo tem por objetivo analisar os resultados obtidos pelo programa Conexão Parlamento, desenvolvido pela Escola da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte, no período de 2019 a 2021. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental, de natureza exploratório-descritiva, em relatórios de execução do programa desde sua criação, no ano de 2019, até o ano de 2021. Os resultados encontrados apontam para um crescimento das parcerias entre a Escola da Assembleia e as câmaras de vereadores, demonstrado pelo aumento do número de escolas legislativas municipais criadas. Além disso, os cursos ofertados têm perfil técnico e político, atendendo ao propósito de uma escola do legislativo de oferecer educação para além da perspectiva da formação de técnicos.

Palavras-chave: Educação cidadã; Escola do legislativo; Formação Política; Câmaras Municipais.

16 Graduação em Letras, mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; ex-presidente da Fundação de Pesquisa do RN (FAPERN); ex-diretor da Escola da Assembleia do RN; presidente da Associação Potiguar das Escolas do Legislativo (ASPEL). E-mail: profjoaoml@uol.com.br

17 Graduação e mestrado em Administração, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2000-2007); doutor em educação, pela Universidade do Minho - Portugal (2013-2016); professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte desde 2010, e pesquisador da área de Gestão e Políticas Públicas.

Introdução

A institucionalidade das escolas do legislativo é algo recente e remonta à reforma administrativa de 1998. Essa reforma demandou a qualificação dos servidores federais, vinculada à promoção de carreiras específicas, de maneira que se definiu caber à União, aos Estados e ao Distrito Federal a manutenção de Escolas de Governo destinadas à formação e ao aperfeiçoamento dos agentes públicos. Além disso, previa, ainda, que os municípios deveriam criar conselho de política de administração e remuneração de pessoal (LUDWIG, 2019).

Sobre a evolução das escolas de governo, apresenta-se o Quadro 1, conforme levantamento realizado por Freitas (2017).

Quadro 1 – Evolução das escolas de governo

Ano	Acontecimento
1936	Criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil
1938	O Conselho Federal do Serviço Público Civil foi convertido no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp)
1938	Criação de escolas de governo, como a Escola Nacional de Administração
1944	Criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para oferta de cursos de formação abrangente em administração pública
1945	Descontinuidade das iniciativas de reforma administrativa. Declínio da atuação Dasp
1952	Criação da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap) e reforma do Dasp
1959	Graduação em Administração Pública (Ebap) com apoio da ONU/intercâmbio de professores com a University of Southern California
1964	Registro de 10 escolas, cursos ou programas funcionando em 11 estados
1966	Extinção da Ebap por falta de recursos financeiros
1967	Decreto-Lei 200 – cria corpo de “assessoramento superior” da administração civil para quem realizasse o “curso de especialização”
1967	Criação de um centro de aperfeiçoamento de servidores
1969	Enfraquecimento do campo disciplinar da administração pública

1969	Criação da Fundação João Pinheiro, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
1974	Criação da Fundação do Desenvolvimento Administrativo em São Paulo (Fundap), por meio da Lei 435/74
1982	As bases para a criação das escolas de governo – “Criação no Brasil de uma Escola Superior de Administração Pública” (1982), “Relatório Rouanet” solicitado pelo Dasp.
1986	Criação da Escola Nacional de Administração Pública (Decreto 93.277) – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
1998	Criação das escolas de governo e escolas do Legislativo está associada à interpretação do art. 39, § 2º, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a necessidade de promover a especialização e qualificação dos servidores

Fonte: Freitas (2017, p. 358).

Assim, tem-se uma espécie de sistema educacional ligado ao Poder Legislativo que são as escolas do legislativo vinculadas ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, às assembleias legislativas e às câmaras municipais (ALMEIDA; BRISOLA, 2022). Essas escolas, segundo Carvalho (2014), objetivam a promoção de treinamento e desenvolvimento dos servidores vinculados às casas mencionadas anteriormente e, ao longo do tempo, calharam a atuar também na formação política e na cidadania.

Com o objetivo de levar informação e conhecimento sobre formação política, cidadania e capacitação pessoal e profissional a diversas regiões do estado do Rio Grande do Norte (RN), promovendo ciclos de debates, palestras e cursos em parceria com as associações representativas dos Poderes Legislativos Municipais, a Assembleia Legislativa do RN, por meio de sua Escola, instituiu o programa “Conexão Parlamento”, que capacita, além de servidores de câmaras e prefeituras, pessoas da sociedade civil.

O programa Conexão Parlamento foi lançado em setembro de 2019, e busca permitir que a relação entre os parlamentos potiguares (Assembleia e câmaras municipais) se estreite. Essa aproximação também pode

refletir na sociedade, que é beneficiada com as ações que visam resgatar valores de cidadania e humanizar o serviço público. Para tanto, o programa tem como objetivo oferecer capacitação profissional e pessoal aos agentes públicos (vereadores, servidores, assessores) e à população, visando à qualificação profissional e ao exercício da cidadania. Além disso, ainda objetiva-se promover a integração dos parlamentos estadual e municipais, compartilhando projetos e cursos.

Desde o seu lançamento, em 2019, até agora, mesmo com a pandemia do Covid-19, iniciada em 2020, e com a adoção das medidas de distanciamento social, foram ofertados 44 cursos e duas jornadas de educação parlamentar, todos presenciais, contemplando 38 municípios e beneficiando 1857 participantes.

Tratando-se da aplicabilidade do programa, parte-se do entendimento de que a Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte percebe que a educação legislativa é uma ação consciente e organizada do parlamento para capacitar e qualificar a atuação dos diferentes agentes envolvidos no processo de representação e participação democrática, o que pode se tornar um diferencial na qualidade do serviço público. Sobre isso, Carvalho e Cavalcante (2017, p. 18) afirmam que “é notório que, quanto mais preparado, maior a propensão do servidor em desempenhar funções de alta complexidade, como também desenvolver competências múltiplas, como liderança, por exemplo”.

A Escola da Assembleia do Rio Grande do Norte, por sua vez, baseia suas ações no desenvolvimento de processos formais de educação, por intermédio da formação permanente e continuada, visando fortalecer a atuação do Poder Legislativo, na construção de uma sociedade justa e igualitária. Por isso, as ações desenvolvidas pela Escola da Assembleia não estão restritas aos servidores da Assembleia Legislativa ou aos moradores da capital; mas estão abertas à população de todo o RN.

Sobre isso, Coelho e Lemos (2020, p. 24) apontam diferentes atores que podem ser atendidos pelas escolas do legislativo:

[...] justapondo todas as escolas de governo, a audiência engloba políticos, dirigentes públicos, candidatos a cargos eletivos, funcionários públicos, lideranças da sociedade civil, cidadãos e *stakeholders* de políticas públicas como os representantes de organizações sem fins lucrativos que trabalham com o setor público e os agentes privados que colaboram com programas nos governos (COELHO; LEMOS, 2020, p. 24).

Inserido nesse contexto, o Conexão Parlamento promove suas ações, presencialmente, nas Câmaras Municipais, ofertando cursos e palestras gratuitos, com emissão de certificado. Sobre esse tipo de ação, que qualifica e capacita o parlamento, Cosson (2008, p. 201) afirma que ...

[...] para além do reconhecimento da importância e da afirmação da promoção da democracia como uma função do Parlamento, é fundamental que as escolas do legislativo se constituam em um *locus* de produção de conhecimento e de desenvolvimento de programas educativos sobre a democracia, quer o façam individualmente ou em conjunto com outras instituições e organizações, quer esses programas sejam direcionados para os servidores das casas legislativas ou para os mais diferentes públicos.

Assim, defende-se aqui que os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), voltados a atender demandas da sociedade, desenvolvam ações educativas imprescindíveis ao bom funcionamento da democracia, estabelecendo canais de interação entre o Estado e a sociedade (MARQUES JÚNIOR, 2009).

O critério para que as câmaras recebam os cursos é a criação de uma escola legislativa municipal, por meio de um projeto de resolução. Esse critério foi adotado para que haja um comprometimento dos edis com a educação profissional e com a cidadania, uma vez que o Conexão Parlamento, além de ofertar cursos gratuitos, incentiva a realização de

projetos, parcerias com outras instituições e oferece apoio técnico didático-pedagógico às câmaras municipais.

Então, em um primeiro momento, oferta-se o curso; em um segundo, estimula-se que a escola criada no município se desenvolva sozinha, criando seus próprios projetos de cidadania e estabelecendo conexões, a fim de aproximar o legislativo da sociedade. Vale lembrar o que diz a Constituição Federal, em seu Art. 39, parágrafo 2:

A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados (BRASIL, 1988, s.p).

A Constituição, no entanto, não previu o aparato como obrigatório à esfera municipal, assim, não sendo uma exigência constitucional, a criação de escolas vinculadas ao Poder Legislativo municipal é algo opcional (RESENDE, 2019).

O Conexão Parlamento tem, em seu portfólio, cursos de capacitação profissional, como Transparência das Contas Públicas, Controle Interno, Cerimonialista, Licitação, e cursos de capacitação pessoal, como Oratória, Redação Oficial e Relacionamento Interpessoal e Inteligência Emocional. São cursos que interferem diretamente na qualidade do serviço público e no público, como é o caso de Atendimento de Excelência no Serviço Público e Programa de Desenvolvimento de Gestores, que também são ofertados.

Cabe destacar que esses cursos têm a duração de oito horas e são disponíveis a qualquer cidadão que queira participar, respeitando o número de vagas estabelecidas. Essa flexibilidade para a participação do cidadão que não é servidor público vai ao encontro do que afirma Marques Júnior (2009), para o qual o foco da educação legislativa está na sensibilização, conscientização, motivação e mobilização dos agentes

públicos e dos cidadãos, tendo em vista a valorização e utilização do Poder Legislativo como canal de representação e de participação política.

Assim sendo, o presente texto tem por objetivo analisar os resultados obtidos pelo programa Conexão Parlamento, desenvolvido pela Escola da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte, no período de 2019 a 2021. Especificamente, objetivou-se descrever as atividades realizadas pelo programa; levantar o número de escolas legislativas municipais criadas com incentivo do programa; identificar o perfil dos cursos ofertados; verificar o número de pessoas capacitadas pelos cursos ofertados por meio do programa. Para isso, discutem-se, a seguir, os principais indicadores obtidos pelo programa em estudo.

Metodologia

Visando ao alcance desses objetivos, os procedimentos metodológicos desenvolvidos partiram da seguinte perspectiva: do ponto de vista dos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental, a qual, segundo Gil (2008), a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Já do ponto de vista de seus objetivos, a investigação é exploratório-descritiva. Para Prodanov e Freitas (2013), como pesquisa exploratória, ela visa fornecer maior familiaridade com o problema em estudo; e, como pesquisa descritiva, busca-se descrever as características do programa em estudo.

Os dados foram coletados por meio de consulta a relatório de execução do programa disponibilizado pela Escola da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte, e os anos em estudo compreenderam o período de 2019 a 2021.

Por fim, do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a análise dos dados utilizou-se de uma abordagem predominantemente qualitativa, tendo em vista a característica dos dados levantados.

Análise dos resultados

Em setembro de 2019, período do lançamento do Conexão Parlamento, havia, no Rio Grande do Norte, apenas três escolas legislativas; no entanto, apenas a Escola da Assembleia estava em funcionamento. Por isso, foi estabelecida como meta para o programa a criação de escolas legislativas municipais, a fim de que elas possam, com apoio didático e pedagógico, difundir cidadania. A cidadania, nas palavras de Melo (2015, p. 87) ...

[...] é um conceito atrelado ao exercício de direitos e ao cumprimento de deveres no interior da ordem pública. Para além do sufrágio universal, a prática da cidadania envolve o conhecimento dos próprios direitos e a possibilidade de exercê-los, a responsabilidade pelo cumprimento dos deveres e o direito de cobrar que outros indivíduos da sociedade e o próprio Estado cumpram seus deveres.

Zouain e Bittencourt (2010) acrescentam que uma Escola de Governo não tem como função apenas a profissionalização dos servidores, mas também o desenvolvimento de pessoas que interagem com o Estado. Esse público-alvo ampliou-se e passou a incluir organizações não governamentais, do setor privado ou mesmo conselhos gestores de políticas públicas.

A partir desse contexto, descreve-se a linha do tempo do programa Conexão Parlamento, consoante Quadro 2.

Quadro 2 – Linha do tempo de execução do programa

PERÍODO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
Setembro/2019	Identificada a necessidade de qualificação de vereadores, servidores públicos e a necessidade de estender às pessoas do interior do RN cursos de capacitação. É lançado o Programa Conexão Parlamento.
Outubro/2019	Início do desenvolvimento do Conexão Parlamento, com o curso Cerimonialista na cidade de Currais Novos. Receberam cursos, ainda, neste mês, as cidades de Goianinha, Lajes, Santa Cruz e Jardim do Seridó.

PERÍODO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
Novembro/2019	Cursos são ofertados em Pau dos Ferros, Olho D'Água do Borges e Felipe Guerra, todos esses municípios inauguram suas escolas legislativas.
Dezembro/2019	Macaíba, Pedra Preta e São José do Mipibu inauguram suas escolas legislativas, que são contempladas com cursos do Conexão Parlamento.
Fevereiro/2020	I Encontro Potiguar das Escolas Legislativas é realizado em Natal.
Março/2020	Início da pandemia do Covid-19 no Brasil resulta na suspensão das atividades presenciais.
Março/2021	Visita às câmaras de Baraúna, Dix-Sept Rosado e Apodi marca os preparativos desses municípios para a inauguração de suas escolas legislativas.
Abril/2021	Acari, Jardim do Seridó, Baraúna e Apodi recebem cursos do Conexão Parlamento, marcando o retorno das atividades presenciais, respeitando as medidas sanitárias.
Maió/2021	Conexão Parlamento estabelece parceria com a cidade de São Tomé, que inaugura sua escola. Curso em São Jose do Mipibu.
Junho/2021	As cidades de Santo Antônio, Santa Cruz, Cruzeta e Campo Grande receberam os cursos do Conexão Parlamento.
Julho/2021	Atividades e ações do Conexão Parlamento são realizadas nas cidades de Governador Dix-Sept Rosado e Olho D'Água do Borges.
Agosto/2021	I Jornada Potiguar de Educação Parlamentar, realizada em Guamaré, conta com a participação de 98 vereadores. Evento teve, ainda, a participação da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas e da União dos Vereadores do Brasil. Programa de Desenvolvimento de Gestores é realizado em Baraúna.
Setembro/2021	Conexão Parlamento realiza ações em Santana do Seridó, Currais Novos, São Miguel e Rafael Fernandes.
Outubro/2021	Diretor da Escola é comunicado que receberá na 4ª edição do prêmio Top Legislativo, promovido pela União dos Vereadores do Brasil, a Medalha do Mérito em Educação por causa do programa Conexão Parlamento.

Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa feita, desde sua implantação, o Conexão Parlamento já incentivou a criação de 53 escolas legislativas municipais entre os anos de 2019 e 2021, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Municípios onde foram criadas escolas a partir do programa

ESCOLAS CRIADAS ATÉ 2019		
1. Escola da Assembleia do RN	2. Escola da Câmara de Natal	3. Escola da Câmara de Parnamirim
ESCOLAS CRIADAS APÓS O LANÇAMENTO DO PROGRAMA CONEXÃO PARLAMENTO DE 2019 a 2020		
4. Macaíba	5. Mossoró	6. Goianinha
7. Cruzeta	8. Patu	9. Várzea
10. Santa Cruz	11. São José de Mipibu	12. Marcelino Vieira
13. Lajes	14. Olho D'água do Borges	15. Pedra Preta
16. Acari	17. Campo Grande	18. Sítio Novo
19. São Bento do Trairi	20. Baraúna	21. Carnaúba dos Dantas
22. Jardim do Seridó	23. Felipe Guerra	24. Guamaré
25. Florânia		
ESCOLAS CRIADAS EM 2021		
26. São Miguel	27. Ipanguaçu	28. João Dias
29. Santo Antônio	30. Serra do Mel	31. Upanema
32. Apodi	33. Barcelona	34. Jardim de Pira-nhas
35. Severiano Melo	36. Rafael Fernandes	37. Santana do Seridó
38. Parelhas	39. Dr Severiano	40. Coronel João Pessoa
41. Encanto	42. Portalegre	43. Lajes Pintada
44. Gov. Dix-sept Rosado	45. Currais Novos	46. São José do Seridó
47. Venha-ver	48. José da Penha	49. Serrinha
50. Equador	51. Carnaubais	52. Umarizal
53. Touros	54. Lagoa de Pedras	55. Jandaíra
56. São Tomé		

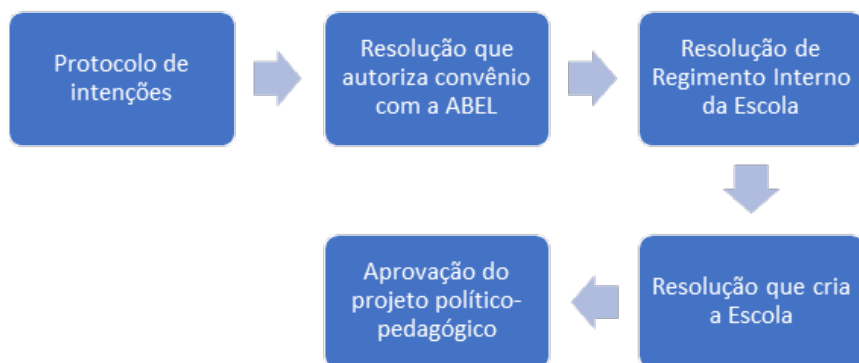
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao se observar os dados contidos no Quadro 3, verifica-se uma tendência de aumento do número de escolas legislativas entre os anos de 2019 e 2021, o que demonstra uma ampliação das parcerias firmadas

entre a Escola da Assembleia Legislativa do RN e as câmaras de vereadores do estado. Sobre o âmbito municipal, destaca-se que a profissionalização oferecida pelas escolas do legislativo não se limita apenas aos servidores das casas legislativas, visto que podem envolver servidores de outros municípios, de outras instituições, ou mesmo profissionais outros, mas que possuem algum relacionamento com essas casas, como líderes comunitários e estudantes universitários (RESENDE, 2019).

Sobre o contexto de criação de uma escola do legislativo, a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL, 2022) descreve um fluxo de ações a serem seguidas, conforme Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma para criação de uma escola do legislativo



Fonte: Abel (2022)

Nesse cenário, importa diferenciar a atuação das escolas do legislativo em relação às escolas de governo. Há certa semelhança quanto ao propósito de formar servidores, no entanto, enquanto as escolas de governo miram a racionalidade gerencial e os altos quadros administrativos, as escolas do legislativo almejam uma formação política do seu público-alvo, por vezes voltando-se à própria população (ALMEIDA; BRISOLA, 2022).

O programa ainda estabelece metas a cumprir, com expectativa de se chegar a 85 novas escolas até dezembro de 2022, de forma a fomentar as escolas legislativas em mais de 50% dos municípios do Rio Grande do Norte, que são 167. Além disso, o programa deu suporte, durante o período 2019-2020, à implantação da Constituição em Miúdos, em 15 municípios; e ofertou 32 cursos de capacitação; duas palestras sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); e duas jornadas de educação parlamentar. Especificamente após o retorno às atividades presenciais, ainda dentro de um contexto pandêmico, as ações realizadas pelo programa foram estas contidas na Tabela 1.

Quadro 4 – Ações realizadas

CURSO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	ANO	PESSOAS CAPACITADAS
Oratória	03	2019	108
Transparência das contas públicas	03	2019	138
Atendimento ao público	01	2019	54
Gestão de recursos humanos	01	2019	26
Relacionamento interpessoal e inteligência emocional	01	2019	37
Licitação	01	2019	32
Currais novos	04	2019	233
SUBTOTAL			628
I Encontro Potiguar Das Escolas Legislativas	01	2020	65
SUBTOTAL			65
Oratória	06	2021	150
O Papel do Legislativo Municipal	02	2021	48
Desenvolvimento de gestores	01	2021	110
Formação Continuada em Tecnologias Educacionais	04	2021	28
Curso Básico em Licitação	03	2021	88

CURSO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	ANO	PESSOAS CAPACITADAS
Atendimento de Excelência no Setor Público	10	2021	392
Jornada Potiguar de Educação Parlamentar	02	2021	171
Redação Oficial	03	2021	123
Empreendedorismo	02	2021	60
SUBTOTAL			1.170
TOTAL			1.863

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da Tabela 1 tem por base os desafios e perspectivas para as escolas do legislativo propostos por Bernardes Júnior (2018). Cursos que tratam do papel do poder legislativo e sua atuação política são relevantes e, nas palavras do autor:

Não podemos perder de vista o fato de que a política consiste na solução pacífica dos inevitáveis conflitos humanos. De fato, o conflito é inerente à condição humana, e a política existe para mediá-lo, a fim de que os conflitos não se degenerem em confrontos. Desse modo, temos que acreditar nas nossas instituições. E o que infunde vida às instituições é o elemento humano. Daí a inafastável necessidade de se investir na formação de capital humano, expressão a ser apreendida em seu sentido amplo, de modo a abarcar tanto o indispensável preparo técnico quanto a formação cidadã, que pressupõe a consciência cívica e a ética. Nesse aspecto, é inquestionável a importância de que se reveste a atuação das escolas do Legislativo. A ampliação das redes de escolas do Legislativo certamente vem operando uma revolução silenciosa no modo de fazer política no País (BERNARDES JÚNIOR, 2018, p. 151).

A formação em tecnologias educacionais, por sua vez, enquadra-se no que o autor argumenta sobre o fato de que ...

[...] impressionantes avanços tecnológicos se fazem cada vez mais presentes em todos os campos da atividade humana [...] há que se ter um enorme cuidado com o descompasso entre o progresso tecnológico e o progresso moral. A propósito, Einstein, já há vários anos, chamava a atenção para o fato de que “se tornou chocantemente óbvio que nossa tecnologia excede nossa humanidade”. Lidar com tais incertezas afigura-se um grande desafio que há de ser enfrentado com ampla participação da sociedade, e certamente a escola do Legislativo apresenta-se como um espaço de reflexão privilegiado para acolher tais debates, sem jamais perder de vista a sua dimensão humanística (BERNARDES JÚNIOR, 2018, p. 159).

Os demais cursos, voltados para as atividades técnicas especializadas, são abordados por Bernardes Júnior quando o autor afirmar que ...

É preciso capacitar os técnicos, ouvir os especialistas, mas, conforme afirma Comparato (1997, p. 15), não necessariamente segui-los, pois os especialistas têm a visão restrita a seu campo de atuação e é preciso ter presente que as questões não são exclusivamente financeiras, ou ambientais, ou exclusivamente sanitárias. Elas se inserem no todo social e impactam a vida das pessoas comuns. E essas também devem ser ouvidas. Os especialistas trazem uma importante contribuição ao levantarem aspectos relevantes da matéria em pauta concernente ao seu campo de atuação. Mas há que se ter a visão do todo e a ponderação dos demais aspectos ligados à matéria em questão (BERNARDES JÚNIOR, 2018, p. 155).

Desse modo, o Conexão Parlamento dá oportunidades de qualificação ao cidadão, preparando-o para o mercado de trabalho, e capacita os servidores públicos, contribuindo para a melhoria dos serviços ofertados ao público.

Considerações

O presente texto objetivou analisar os resultados obtidos pelo programa Conexão Parlamento, desenvolvido pela Escola da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte, no período de 2019 a 2021. Para tanto, descreveu-se, primeiramente, a sequência de atividades realizadas pelo programa.

O programa foi criado em setembro de 2019, e realizou quatro ações até o final daquele ano. Durante o ano de 2020 o desenvolvimento do programa foi prejudicado pela pandemia de Covid-19, de forma que apenas duas ações puderam ser realizadas naquele ano. Em 2021, contudo, após a flexibilização das atividades presenciais definidas pelas normas sanitárias, oito ações foram postas em prática, entre os meses de março e outubro, sendo uma ação ocorrida em cada mês. Esse incremento de ações ao longo de ano de 2021 sugere uma perspectiva de aumento do número de ações efetivadas pelo programa em estudo, fato esse justificado pelo aumento do número de parcerias com as câmaras municipais de vereadores.

Desta feita, o segundo objetivo específico visava levantar o número de escolas legislativas municipais criadas com incentivo do programa. Identificou-se que 22 escolas foram criadas no período de 2019 a 2020. Destaca-se que foram considerados esses dois anos em virtude do fato de, durante o ano de 2020, o programa ter tido apenas dois meses de atuação, por causa da pandemia de Covid-19. Já no ano de 2021, foram criadas 31 novas escolas legislativas, o que aponta para um ativo funcionamento do programa em estudo.

Com relação ao perfil dos cursos ofertados, é possível classificá-los como voltados ao treinamento para técnicas de trabalho; ao desenvolvimento pessoal dos cursistas; à reflexão sobre aspectos políticos e de cidadania. Esses cursos foram ofertados em pouco mais de 50 municípios diferentes e atendeu a quase duas mil pessoas. Além disso, hou-

ve o suporte à implantação da Constituição em Miúdos; palestras sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); e jornadas de educação parlamentar.

Constata-se, portanto, que, até então, o programa enfatiza a formação política, democrática e cidadã atendendo servidores do legislativo e a sociedade de uma forma geral. Cursos voltados à formação técnica dos servidores públicos das câmaras municipais superam cursos voltados ao desenvolvimento de pessoal, e há uma tendência de aumento do número de parcerias com o poder legislativo dos municípios do Rio Grande do Norte.

Com vistas à sugestão de estudos futuros, recomenda-se um levantamento mais detalhado do perfil socioeconômico e geográfico dos indivíduos atendidos pelo programa, com vistas a melhor organizar as ações futuras a serem ofertadas no campo da qualificação.

Referências

ABEL. Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas. **Considerações – Escola do Legislativo**. Disponível em:< <https://www.portalabel.org.br/images/abel-consideracoes-escolas-do-legislativo.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2022.

ALMEIDA, R. S.; BRISOLA, E. M. A. A gênese e o perfil das escolas do Legislativo do Sul de Minas. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 24, n. 41, p. 41-78, 2022.

BERNARDES JÚNIOR, J. A. As escolas do Legislativo no Estado Democrático de Direito: escolas de cidadania. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 20, n. 34, p. 128-162, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, P.; CAVALCANTE, P. L. C. Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, p. 1-26, jan./fev. 2017.

CARVALHO, R. S. **LEGISLATIVO EDUCATIVO**: o caso do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” da Câmara dos Deputados. Brasília: [s.n.], 2014.

COELHO, F. D. S.; LEMOS, M. Escolas de Governo: conceitos, panorama no Brasil e uma agenda para o nível local. In: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020. p. 17-38.

COMPARATO, F. K. A formação de governantes. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 9, jan./jun. 1997.

COSSON, R. **Escolas do Legislativo, Escolas de Democracia**. Brasília. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

FREITAS, F. M. Escolas do legislativo e possibilidades para a educação legislativa em Minas Gerais. In: RESENDE, Antônio José Calhau de; BERNARDES JÚNIOR, José Alcione. (coord). **Estudos sobre Poder Legislativo municipal**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2017. p. 353-377.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas: São Paulo, 2008.

LUDWIG, A. C. W. Um programa de cidadania para as escolas do Legislativo. **E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, n. 29, p. 155-175, maio/ago. 2019.

MARQUES JÚNIOR, A. M. Educação legislativa: as Escolas do Legislativo e a função educativa do parlamento. **E-Legis-Revista Eletrônica do**

Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, v. 3, n. 3, p. 73-86, 2009.

MELO, W. **A Escola do legislativo no contexto da modernização do parlamento brasileiro**: um estudo de casos múltiplos: EL-ALMG, CEFOR, ILB-INTERLEGIS. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas) - Universidade de São Paulo. 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

RESENDE, A. J. C. D. A interação entre a Escola do Legislativo e as Câmaras Municipais. *In*: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de Atividades da Escola do Legislativo: 2018**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2019. p. 17-21.

ZOUAIN, D. M.; BITTENCOURT, M. A. Escolas de governo e a profissionalização do Servidor Público: estudo dos casos da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas-ESPEA e da Fundação Escola de Serviço Público Municipal de Manaus-FESPM. **Revista Adm. Made**, v. 14, n. 2, p. 75-94, 2010.

Política editorial e normas para apresentação de artigos

A Revista Parlamento de Itapevi tem como eixo temático o campo designado por “Democracia e Cidadania”, considerando, todavia, que tal eixo não se constitui cartesianamente, incorporando, por conseguinte, reflexões que ao extrapolá-lo seja no campo jurídico de constituição dos entes federativos, seja no campo da teoria social, exploram e expõem as injunções políticas, econômicas, sociais e culturais que configuram sua dimensão propriamente genérica. Desta forma, o eixo desta Revista constitui-se como âmbito da particularidade no conjunto das reflexões sobre a constituição e as relações entre Sociedade Civil e Estado, seja o campo das políticas públicas – sua formulação, execução, avaliação, fiscalização e controle social –, seja no campo do Poder Legislativo e de suas relações com os demais Poderes do Estado.

A REVISTA recebe e publica artigos das variadas áreas do conhecimento social – Ciências Sociais, História, Filosofia, Direito, Arquitetura e Urbanismo, Administração e Gestão Públicas, Educação e Economia, no tratamento crítico-compreensivo do eixo já mencionado, caracterizando-se menos por ser veículo de uma dada área do conhecimento do que por incorporar a contribuição das variadas áreas para a compreensão de temáticas relacionadas ao eixo adotado e dos seus elementos constitutivos: as Políticas Públicas, o Poder Legislativo e o Município.

Os artigos enviados à Revista Parlamento de Itapevi, devem ser inéditos e serão submetidos para avaliação do Comitê Científico e devem ser endereçados ao e-mail escoladoparlamento@camaraitapevi.sp.gov.br ou pelo Correio (Rua Arnaldo Sérgio Cordeiro das Neves, 80 - Vila Nova Itapevi - Itapevi/SP - CEP 06694-090 - ESCOLA DO PARLAMENTO).

Caso o artigo seja remetido pelo Correio, pede-se que sejam enviadas duas cópias. Os artigos devem ter até 30 laudas de 2.100 caracteres, redigidos conforme os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) abaixo especificados:

Folha: Carta (letter)

Editor de texto: Word for Windows 6.0 ou posterior

Margens: esquerda, direita, superior e inferior de 2cm

Fonte: Times New Roman, tamanho 12

Parágrafo: espaçamento anterior: 0 ponto; posterior: 0 ponto; entre linhas: 1,5; alinhamento justificado.

Título: breve e suficientemente descritivo

Fonte: Times New Roman, Negrito, Tamanho 12, Entrelinhas 1.0

Seções e subseções:

Fonte: Times New Roman, Tamanho 11, Entrelinhas 1.0, com numeração progressiva a critério do Autor

Resumo: 200 palavras contendo objetivo, método, resultado e conclusão

Fonte: Times New Roman, Tamanho 11, Entrelinhas 1.0

Palavras-chave: três palavras-chave separadas por ponto

Fonte: Times New Roman, Tamanho 11

Referências: citadas no corpo do texto com indicação do sobrenome, ano e página de publicação.

Referências bibliográficas completas apresentadas no final do texto, em ordem alfabética, conforme NBR-6023

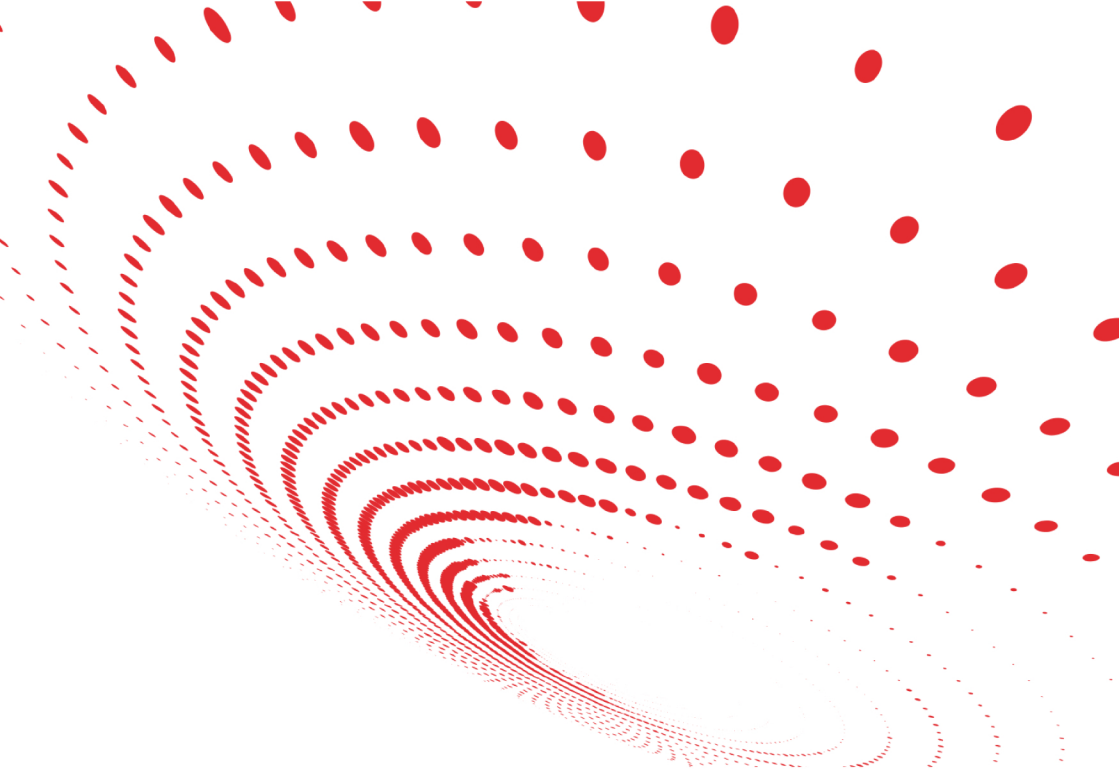
Diagramas, Quadros e Tabelas: devem apresentar título e fonte. No corpo do artigo devem ser feitas referência a eles.

Imagens: devem ser em alta resolução, de no mínimo 150dpi, sob pena e não serem publicadas por falta de qualidade para impressão.

No mesmo Arquivo, o autor deverá enviar:

Página 1: Título do Artigo, identificação do(s) autores, com nome completo, instituição à qual está(ao) ligado(s), cargo(s), endereço para correspondência, fone fax e e-mail.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es) e o conteúdo deste periódico está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 3.0 No-Comercial Unported (CC-BY-NC).



CÂMARA
MUNICIPAL DE
ITAPEVI

www.camaramunicipalitapevi.sp.gov.br
e-mail: escoladoparlamento@camaraitapevi.sp.gov.br
R. Arnaldo Sérgio Cordeiro das Neves, 80 - Vila Nova
Itapevilitapevi - São Paulo - 06694-090 +55 11 4141-4472